



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ  
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS/HISTÓRIA

**CAIO MATHEUS LIMA DA SILVA**

**TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NA IMPRENSA**  
**experiências de resistência e liberdade em anúncios de fuga do Diário do Maranhão**  
**(1855-1880)**

CODÓ-MA

2022

**CAIO MATHEUS LIMA DA SILVA**

**TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NA IMPRENSA**  
**experiências de resistência e liberdade em anúncios de fuga do Diário do Maranhão**  
**(1855-1880)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Licenciado (a) em Ciências Humanas/História.

**Orientador:** Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso.

CODÓ-MA

2022

Lima da Silva, Caio Matheus.

TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NA IMPRENSA : experiências de resistência e liberdade em anúncios de fuga do Diário do Maranhão 1855-1880 / Caio Matheus Lima da Silva. - 2022.

72 p.

Orientador(a): Antonio Alexandre Isidio Cardoso.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó - MA, 2022.

1. Anúncio de Fuga. 2. Escravidão. 3. Maranhão Oitocentista. I. Isidio Cardoso, Antonio Alexandre. II. Título.

## **TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NA IMPRENSA**

**experiências de resistência e liberdade em anúncios de fuga do Diário do Maranhão  
(1855-1880)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura em  
Ciências Humanas/História do Centro de  
Ciências de Codó, como parte integrante dos  
requisitos para obtenção do título de Licenciado  
(a) em Ciências Humanas/História.

**Orientador:** Prof. Dr. Antonio Alexandre  
Isidio Cardoso.

**Aprovada em:**

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso (orientador)  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

---

Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha  
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

---

Profa. Dra. Edyene Moraes dos Santos  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu guia e fortaleza, que tem me sustentado em todos os momentos. E colocou as mais generosas pessoas em meu caminho até aqui.

Agradeço aos meus pais Raimundo e Rosejane pelo cuidado e pelo suporte necessário para que eu continuasse estudando. À minha saudosa avó por todo amor e carinho. À minha Família, meus fiéis apoiadores, por acreditarem no meu potencial e me darem à mão quando eu precisei.

Em especial minhas primas Samira e Samara, minhas maiores referências. Seus conselhos me mostraram a importância de perseverar em meus objetivos e me deram a confiança que eu os alcançaria. Até mesmo seus “puxões de orelha” foram fundamentais para retornar ao caminho quando meus pés vacilaram e pensei em desistir.

Expresso minha gratidão às minhas companheiras de luta, Caroline e Nauvane, com quem dividi sonhos, inquietações e alegrias ao longo desses quatro anos de UFMA. Nossas conversas trouxeram alento mesmo nos dias mais difíceis. Também aos amigos David e Malena, cuja amizade com certeza tornou mais leve e agradável a vida acadêmica. E a todos os meus colegas de turma que através de debates e apresentações em sala contribuíram para o meu enriquecimento intelectual.

Dedico especial gratidão e admiração ao meu professor e orientador Dr. Antonio Alexandre Isidio Cardoso, pela sua generosidade em compartilhar conhecimento, por todas as dicas de pesquisa e pela confiança depositada no meu trabalho.

Aos meus professores, Alex de Souza Lima, José Carlos Aragão Silva, Jascira da Silva Lima, Jonas Rodrigues de Moraes, Liliane Faria Correia Pinto e demais professores do curso de Ciências Humanas/ História por suas importantes contribuições na minha formação como futuro docente.

Por fim, agradeço a Banca Examinadora por terem aceitado o convite para participarem desse momento tão importante e especial em minha vida, obrigado!

*“Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro.”*

Paulo Freire

À minha querida avó Raimunda Alves da Silva  
(*in memoriam*), com todo amor do mundo e  
gratidão.

## RESUMO

A imprensa maranhense no século XIX viveu um momento de grande efervescência. Os jornais locais, em grande parte produzidos em São Luís, tornaram-se importantes meio de divulgação da rica produção literária dos celebres intelectuais da chamada “Atenas brasileira”. Periódicos foram palco de acalorados debates acerca dos aspectos cotidianos da província, incluso questões relacionadas às rotinas da escravidão, referenciando dilemas enfrentadas pelas elites locais, que vivenciavam a crise da economia agroexportadora e o fim do tráfico internacional, ante a crescente resistência da população escravizada que ganhava cada vez mais força nas décadas finais do século XIX. Neste contexto, a presente pesquisa buscou mapear a presença de populações escravizadas no jornal *Diário do Maranhão* (1855-1880), com o objetivo de compreender e analisar as estratégias empregadas pelos escravizados na construção das rotas de fuga, a partir das descrições realizadas pelos senhores em anúncios de fuga. Na investigação constatou-se ocorrências de anúncios com dados dos fugitivos, com atenção à localidade, sexo, faixa etária e ocupação profissional, além de pistas sobre suas rotas, experiências e resistências. Diante disso, foi possível produzir um quadro de anúncios com as ocorrências, que incidem na possibilidade de franquear inéditos e importantes índices analíticos sobre os fugitivos, com suas presumíveis rotas e experiências em busca da liberdade.

**Palavras-chave:** Anúncio de Fuga. Maranhão Oitocentista. Escravidão. Resistência. Mundos do Trabalho.



## ABSTRACT

The Maranhão press in the 19th century experienced a moment of great effervescence. Local newspapers, largely produced in São Luís, became important tools for disseminating the rich literary production of the famous intellectuals of the so-called “Brazilian Athens”. Newspapers were the scene of heated debates about the daily aspects of the province, including issues related to the routines of slavery, referencing dilemmas faced by the local elites, with the development of the agro-export economy crisis and the end of the international slave trade, in the face of the growing resistance of the enslaved population that gained more and more strength in the final decades of the 19th century. In this context, this research sought to map the presence of enslaved populations in the newspaper *Diário do Maranhão* (1855-1880), with the objective of understanding and analyzing the strategies employed by enslaved people in the construction of escape routes, based on the descriptions made by the masters. in escape ads. The investigation found occurrences of advertisements with data on the fugitives, with attention to location, gender, age group and professional occupation, along with clues about their routes, experiences and resistance. In view of this, it was possible to produce an analytical framework with the occurrences, which affect the possibility of opening unpublished and important analytical indexes on the fugitives, with their presumed routes and experiences in search of freedom.

**Keywords:** Escape Announcement. Nineteenth-century Maranhão. Slavery. Resistance. Worlds of labor

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1- Localidades referentes aos escravos fugidos a partir dos anúncios de fugas ...</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 2 - Classificação por sexo a partir dos anúncios de fuga.....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 3 - Classificação por faixa etária a partir dos anúncios de fuga.....</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 4 - Ocupações profissionais identificadas a partir dos anúncios de fuga.....</b>	<b>55</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**BPBL - Biblioteca Pública Benedito Leite**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 As várias tintas do Maranhão oitocentista .....</b>	<b>15</b>
1.1 Economia e sociedade.....	15
1.2 O contraste da Atenas brasileira e a ideologia da decadência.....	18
1.3 A exploração do trabalho das camadas subalternizadas dentro da província .....	21
<b>2 Escravidão e resistência na imprensa maranhense do século XIX .....</b>	<b>27</b>
2.1 Teatralização do poder.....	27
2.2 O temor das insurreições no imaginário senhorial.....	28
2.3 A representação da escravidão nos periódicos de São Luís no século XIX .....	31
2.4 Entre negociação e fuga .....	34
<b>3 Resistência nas páginas do Diário do Maranhão: uma análise dos perfis dos escravizados fugidos.....</b>	<b>38</b>
3.1 Observando os anúncios: o uso dos jornais como fonte histórica .....	38
3.2 Escravas, mães e forras: estratégias e disputas na conquista por autonomia.....	40
3.3 Desejo por liberdade: crianças, jovens e idosos nos anúncios de fugas .....	46
3.4 Fugas coletivas e a formação de laços de solidariedade .....	50
3.5 Estratégias de fuga e resistência .....	55
3.6 Marcas da escravidão: sinais de castigos físicos e doenças .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

A construção dos movimentos que culminaram no 13 de maio de 1888 não se deve exclusivamente aos debates promovidos por grupos abolicionistas, intelectuais letrados, nem tampouco a pressões internacionais. Como se sabe, em nível oficial, com a vigência da Lei Eusébio de Queiroz (1850) e a instrumentalização da extinção definitiva do tráfico, houve um processo de acentuação dos debates sobre a abolição do trabalho escravo no país. Contudo, é preciso levar em consideração que o contexto político e econômico da segunda metade do século XIX no Império, permeado por leis gradualistas, também estava sob pressão da luta histórica dos próprios escravizados, que se movimentavam em busca da liberdade em diferentes frentes de resistência desde o início da escravização de africanos no Brasil (SILVA, 2014).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo estudar uma dessas várias formas de resistência, a fuga. Tema bastante discutido na História Social da Escravidão, a agência escrava se faz presente nos anúncios de fuga corriqueiros nos jornais, cujos índices analíticos permitem ampliar o entendimento das especificidades dos caminhos percorridos por escravizados em busca da liberdade (SCHWARCZ, 1987).

A exploração do trabalho escravo no Maranhão oitocentista tem sido alvo de pesquisas de vários estudiosos que se propuseram a investigar não só a estrutura socioeconômica que mantinha o sistema escravista, mas também a ideologia por trás do sentimento de superioridade racial da elite branca sobre a população negra e mestiça. No entanto, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente sobre como essa população empregava formas de resistência diante do sistema escravista.

Referências dessa problemática foram discutidas em reuniões e atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões – NEPHSertões, determinantes nos encaminhamentos da presente pesquisa, que está conectada ao projeto geral intitulado *História Social dos Sertões: fronteiras da escravidão e da liberdade no Maranhão oitocentista*, coordenado pelo Prof. Alexandre Cardoso. O interesse na temática da escravidão surgiu com a catalogação de anúncios de fugas publicados entre os anos de 1855 a 1880 no *Diário do Maranhão*, jornal de grande circulação na província.

Em diálogo direto com a referida pesquisa, também foi encaminhado paralelamente um trabalho de organização e quantificação das ocorrências de fugas publicadas em outros dois jornais, o *Publicador Maranhense (1842-1885)* e *O Paiz (1863-1888)*, como parte das minhas atividades junto ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC), fomentado pelo Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O trabalho no PIBIC foi decisivo no aprofundamento do exame da documentação referente aos anúncios analisados na monografia, que ficou centrada mais detidamente no *Diário do Maranhão*, isto devido a grande quantidade de anúncios e aos delineamentos do recorte necessário para sua escrita.

A pesquisa tem como cenário o Maranhão, mais especificamente a cidade de São Luís, onde a demanda de mão de obra para o sistema agroexportador promoveu massivamente o tráfico atlântico de escravos desde o século XVIII. O trabalho cativo marcava intensamente a organização social da província cuja população cativa chegou a representar 51,2% em relação ao total de 217.054 habitantes, em 1841. Se por um lado havia a fama da capital como “Atenas Brasileira”, com seus literatos nacionalmente conhecidos, por outro lado também era afamada a crueldade dos senhores e senhoras de escravos maranhenses, partícipes de uma elite decadente ciosa em conservar seus numerosos plantéis de escravos (FARIA, 2012).

O recorte temporal do estudo se concentra entre 1855 e 1880, entremeado entre os primeiros números do periódico e os alvares da década da abolição, quando entraram em cena no Maranhão os migrantes oriundos do Ceará e de outras províncias. Estes eram trabalhadores pobres livres que passaram a dividir com escravizados o cotidiano da labuta e das resistências, o que nos permitirá estudar as fronteiras porosas entre a liberdade e a escravidão antes da abolição (FARIA, 2012).

O primeiro capítulo consiste em um balanço historiográfico sobre o contexto socioeconômico da segunda metade do século XIX no Maranhão, será discutido o período atribuído pelos intelectuais maranhenses como a “Era de Ouro” da província, alegadamente inaugurada décadas antes, com a implementação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, ainda no século XVIII. O empreendimento foi responsável por alargar o alcance das rotas do tráfico de escravizados entre o Maranhão e a África Ocidental, fortalecendo as conexões entre a porção norte do Império Lusitano, incluso o interior amazônico, com o mundo Atlântico e seus interesses comerciais. No capítulo também entrará em debate o conceito de “Decadência da Lavoura” atribuído por intelectuais, como Raimundo José de Sousa Gaioso e Garcia de Abranches, ao declínio do setor agroexportador e suas relações estabelecidas com o fim do tráfico transatlântico.

No segundo capítulo introduziremos a problemática das fugas, analisando o jornal *Diário do Maranhão* dentro da arena da imprensa da província, representada pelas elites que tentavam manter seu status e poder em meio ao declínio econômico, representado pelo fim da chamada “era de ouro do algodão”. Discutiremos como escravizados eram representados nos

periódicos maranhenses na segunda metade dos oitocentos. Para isso analisaremos alguns anúncios de venda de escravos publicados no *Diário do Maranhão* entre 1874 a 1879 e também a seção de repartição policial do jornal *O Publicador maranhense* (1843-1866). Com o objetivo entender como estava organizada a população cativa nos mundos do trabalho no Maranhão e a maneira como essa sociedade tecia seus olhares sobre essa população.

Por fim, o terceiro capítulo segue balizado pela construção de diferentes perfis de escravizados através da análise de 107 anúncios de fugas publicados no *Diário do Maranhão*, todos disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entre 1855-1880, observando suas especificidades, trajetórias e estratégias de resistência. A pesquisa contou com uma análise quantitativa e qualitativas desses anúncios. As informações obtidas por meio do escrutínio desses anúncios foram mapeadas e organizadas em tabelas de acordo com sexo, idade, localidade e ocupação profissional.

O levantamento das referidas ocorrências possibilitou a análise das fugas em suas múltiplas singularidades, fornecendo informações importantes, como, por exemplo, o percentual entre homens e mulheres, crianças, suas ocupações e diferentes articulações de resistência em fuga. Além disso, através dos discursos dos senhores e senhoras de escravos nos anúncios também foram examinadas possíveis rotas em demanda da liberdade e relações familiares, que muitas vezes eram peça chave nas redes de sociabilidade e proteção dos que fugiam.

## CAPÍTULO I

### As várias tintas do Maranhão oitocentista

#### 1.1 Economia e sociedade

O Maranhão durante a segunda metade do século XIX encontrava-se em período de crise no setor agroexportador, os anos de ouro do algodão, que transformaram a província em uma das mais prósperas do Brasil no início do século XIX, agora entrava em declínio trazendo consigo uma elite senhorial, cujo poder e riqueza estavam alicerçados na exploração do trabalho escravizado (FARIA, 2012). Todavia, é preciso entender como essa Província do Norte utilizou a exploração de mão de obra africana para ascender como a quinta maior economia do Império.

O sistema agroexportador no Maranhão passou a ganhar importante notoriedade a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755 pelo Marquês de Pombal. A Companhia alavancou a economia da região maranhense<sup>1</sup> que desenvolvia desde o século XVII atividades relacionadas ao extrativismo, ao cultivo de cana-de-açúcar voltado para o mercado interno e a criação de gado, destinada ao abastecimento da agroindústria pernambucana e baiana (MEIRELES, 2006).

A opulência econômica recém-surgida foi atribuída pelos intelectuais<sup>2</sup> da região ao incremento da cultura algodoeira pela Companhia, a grande responsável pela inauguração da “Era de Ouro” no Maranhão. Isto viria a se opor ao estado anterior da antiga Capitania, estigmatizado pelos intelectuais como marcado pela miséria e pela selvageria das populações indígena da região (SILVA, 2008). Esse pensamento fica evidente através da interpretação de Raimundo José de Souza Gaioso sobre a conjuntura econômica da época:

Qual outra fênix renascida das cinzas, o Maranhão levanta sua altiva cabeça para emparelhar com as províncias mais opulentas do Brasil. Apenas saído da gentilidade, elle não conhecia nem commercio, nem agricultura: os portos se achavam sem comunicação, os poucos efeitos da sua produção empatados. A

---

<sup>1</sup> De acordo com Meireles (2006), a implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, além de beneficiar a Província do Grão-Pará e Maranhão com a inserção de escravos africanos para o trabalho na lavoura, também tinha como objetivo promover o processo de colonização da região amazônica, que em 1751, como estratégia de defesa, havia sido incorporada a Província do Grão-Pará e Maranhão e passou a ter Belém como capital, através da abertura de rotas comerciais, que levaria os produtos amazônicos para o mercado europeu.

<sup>2</sup> Entre os autores que creditavam à Companhia Geral do Grão-Pará o efetivo progresso econômico da província, a partir do século XVIII. Destacam-se nomes como Raimundo José de Sousa Gaioso, Garcia de Abranches, Manuel Antônio Xavier, Francisco de Paula Ribeiro e Antônio Bernardino Pereira do Lago (SILVA, 2008, p.14).

cidade sem edifícios; os moradores dispersos, e finalmente reputado como inútil este fértil torrão (GAIOSO, 1818: xxi) (g.n).

Segundo Marinelma Costa Meireles, o Maranhão não se encontrava necessariamente em situação de extrema pobreza, mas, havia forte interesse em seguir o exemplo de outras áreas agroexportadoras da colônia, que vinham desenvolvendo cada vez mais seus vínculos com o tráfico de africanos escravizados. Fazendeiros reclamavam da carência de força de trabalho, sobretudo devido à proibição, pelo menos do ponto de vista formal, da escravidão indígena à época, reforçada pela atuação de grupos jesuítas, que exerciam controle sobre a comercialização das chamadas “drogas do sertão” e dos núcleos coloniais e aldeamentos indígenas no Maranhão (MEIRELES, 2006).

O quadro de “dificuldades” teria começado a mudar com o implemento das leis pombalinas<sup>3</sup>, que expulsaram os jesuítas da Colônia, sanando os entraves com a Companhia de Jesus e abrindo linhas de créditos para os colonos maranhenses importarem africanos escravizados para suprir a demanda de mão de obra, implementada em larga escala nas lavouras de arroz e algodão (DIAS, 1970). Entretanto, de acordo com Regina Helena de Faria o aumento nas exportações de arroz e algodão não ocorreu de forma instantânea, mas de maneira gradativa ao longo do final do século XVIII e início do XIX. O que desmistifica a teoria do rápido milagre econômico proporcionado pela Companhia do Comércio, defendida pelos “letrados”.

A expansão do sistema agroexportador também se deve a fatores externos como a demanda crescente do mercado internacional europeu, que sofria com falta de abastecimento de gêneros, como o arroz, resultante do aumento populacional no continente europeu (MALUF, 1977) e pela necessidade de algodão, matéria-prima para a indústria têxtil internacional. Somase a isso o fato que os Estados Unidos, principal produtor e exportador de algodão para o mercado mundial, estava em meio à chamada Segunda Guerra de Independência (1812-1815), favorecendo assim as importações brasileiras (FARIA, 2012).

Com o aumento das exportações, houve cada vez mais a necessidade de braços para o trabalho. Esse fator fomentou a estruturação de um maior fluxo de escravizados para o Maranhão, como aponta Assunção:

A importação de 12 mil escravos na época da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) iniciou um tráfico humano intenso, que

---

<sup>3</sup> Implementadas por José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, primeiro-ministro do governo do rei D. José I de Portugal. Foi um conjunto de reformas inspiradas nos ideais iluministas com o objetivo de modernizar a administração do império português e transformá-lo em economicamente independente da Inglaterra. Em especial a política indigenista, materializada por meio da declaração de liberdade dos índios, a supressão do poder temporal dos religiosos da Companhia de Jesus, em 1755, e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, tiveram impactos significativos na política e na economia da região Norte da América portuguesa. (RAYMUNDO, 2006)



culminou com a importação de 41 mil “peças”, só entre 1812-20. Como resultado o Maranhão apresentava, às vésperas da Independência, a mais alta porcentagem de população escrava do Império (55%), concentrada nas fazendas de algodão e arroz, mais tarde também de açúcar, situada nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e na baixada ocidental. (ASSUNÇÃO, 1996, p. 434)

Reinaldo Barroso Junior, afirma que as rotas de tráfico estabelecidas pelo monopólio da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre o Maranhão e a África Ocidental, garantiram a chegada ao porto de São Luís de navios superlotados de escravizados. Oriundos da região conhecida como Costa da Mina ou Costa do Ouro, mais pessoas escravizadas passaram a desembarcar massivamente no território maranhense.

Somente a partir da segunda metade do século XVIII o mercado de algodão na Europa fomentou o povoamento da região Norte da capitania do Maranhão, por meio da cultura desse produto, sustentada à base da escravidão de diferentes povos africanos, principais trabalhadores das fazendas localizadas nos vales dos rios Itapecuru e Mearim. Essa forma de povoamento, ao longo dos anos, foi avançando pela Baixada e pelo litoral (PEREIRA, 2001, p. 36).

A população escravizada não ficou restrita apenas ao cultivo da rizicultura e cotonicultura, os cativos africanos assumiram as mais diversas formas de trabalho dependente, como é o caso da utilização do trabalho escravo na criação de gado, em obras públicas, nos serviços domésticos e no ganho nas ruas. Concentrados nos principais centros urbanos como São Luís, Alcântara, Caxias e nas regiões compreendidas entre os rios Itapecuru e Mearim, além da Baixada Ocidental (COSTA, 2018).

A economia algodoeira aliada à escravidão negra permitiu aos senhores maranhenses conhecerem um período de grande prosperidade e opulência, e também fez com que os filhos dessa classe senhorial fossem enviados para estudar nas universidades europeias. Ao retornarem, esses novos bacharéis com seus ensaios artísticos e produções literárias transformaram a vida cultura da capital maranhense, contribuindo para a formação de uma elite letrada, que rendeu à São Luís a alcunha de “Atenas brasileira” (CORRÊA, 2001).

A participação tardia do Maranhão na exploração do trabalho escravizado nas grandes plantações, em comparação à áreas do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia, fez com que os senhores maranhenses exigissem o máximo de seus escravos por meio de exaustivas jornadas de trabalho e alimentação precária para compensar a demanda do sistema agroexportador. Homens e mulheres cativos eram obrigados a iniciar o trabalho ainda durante a madrugada e terminar bem tarde da noite, sob condições de quase inanição, pois, segundo relatos de época, muitas vezes recebiam dos senhores apenas duas espigas de milho com um pouco de farinha como ração diária (ABRANCHES, 1822, 46-48).

Caso não batessem a meta estabelecida ou não se mostrassem aptos para o trabalho poderiam ser alvos de golpes de palmatorias e açoites. Para Matthias Röhrig Assunção “a humilhação do escravo, além de satisfazer o ego do senhor, permitia a reafirmação cotidiana da hierarquia social que o cativo instaurou” (ASSUNÇÃO, 2010, p.82). O comportamento bárbaro dos donos de escravos da região tornou-se lendária até mesmo nas províncias do Sul, onde os cativos eram ameaçados por seus senhores caso não se comportassem, com a promessa de venda para o Norte (PRADO JÚNIOR, 1999). O regime de crueldade empregado aos cativos era tamanho que muitos não aguentavam e atentavam contra a própria vida, segundo relatos de época, muitos enforcavam-se (ABRANCHES, 1822).

## **1.2 O contraste da Atenas brasileira e a ideologia da decadência**

A crueldade dos senhores e senhoras maranhenses contrastava com a fama da capital, São Luís, de “Atenas brasileira”, que tinha no seu *pantheon* de literatos, nomes dentre os quais cabe destacar Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Sotero dos Reis e Sousândrade (MORAES, 1977, p.85-100). Segundo José Veríssimo, a alcunha de “Atenas brasileira” se justificava pelo “bom gosto literário” e o “culto do bem falar” das elites maranhenses (VERÍSSIMO, 1915), que mesmo nos anos pós-independência alimentavam um sentimento de saudosismo com seus laços coloniais, evocando através da cultura letrada uma linhagem fidalga, atrelada à civilização europeia, que se opunha à alegada barbárie e ignorância das populações negras, indígenas e mestiças da província (JESUS, 2015, p.12).

O contraste entre esses dois mundos tornou-se cada vez mais aparente à medida que o setor agroexportador começava a declinar, chamado pelos letrados maranhenses de “Decadência da Lavoura”, o processo de derrocada do sistema agroexportador foi atribuído ao fim das guerras de independências dos Estados Unidos, que voltou a assumir a dianteira mundial da exportação de algodão, acompanhando a ampliação da produção do gênero, incentivada pela Inglaterra, na Índia e no Egito. Soma-se a esse cenário internacional, fatores internos como a Balaiada, revolta de caráter multiclassista, ocorrida entre 1838 a 1841, na parte oriental do Maranhão, no Piauí e em parte do Ceará, que contou com a participação das camadas populares e escravizadas da Província (ENGEL, 2008, p.71), contribuindo também para o declínio da cotonicultura.

Outro pilar do sistema agroexportador, a rizicultura, também começava a declinar diante da concorrência com a produção estrangeira, principalmente, a competição com o arroz

produzido na Índia (FARIA, 2012). O setor, no entanto, experimentou um período de breve fortalecimento econômico com a produção açucareira, alavancada pela administração de Joaquim Franco de Sá, presidente da Província entre 1846 a 1848, que estimulou a modernização dos engenhos, que até 1822, tinham uma produção pouco expressiva, voltada apenas para a fabricação de aguardente (LAGO, 1822, p.48). Apesar da empreitada empresarial, a incapacidade técnica de competir com a qualidade do açúcar internacional, sobretudo, a produção das Antilhas, tornaram o investimento malsucedido (ALMEIDA, 1982).

No entanto, para os letrados do Maranhão, estudiosos atentos da dinâmica do setor agroexportador, a falta de mão de obra para o trabalho foi a grande responsável pela crise na lavoura, surgindo assim a “ideologia da decadência”. Para essa elite, a incapacidade de condicionar os nativos do Maranhão para o plantio, a ociosidade das camadas mestiças livres, consideradas indolentes para o trabalho e a crise do escravismo, foram fatores determinantes para o fim do período de prosperidade no Maranhão (ALMEIDA, 1982).

Para Faria (2012), a decadência da lavoura não foi um processo ocasionado exclusivamente pela perda de mão de obra escravizada, uma vez que a economia agroexportadora maranhense ao longo do século XIX viveu períodos de sucessivas crises, ocasionadas por mudanças no mercado internacional. Mesmo diante da conjuntura de fatores externos e internos, como a alegada falta de “braços para o trabalho”, na concepção da elite letrada a emancipação dos escravos foi a principal responsável pelo declínio do setor agroexportador e consequentemente para a decadência do mito da “Atenas brasileira”.

Em análise na obra *“Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão”*, José Henrique de Paula Borralho, aponta que a decadência material e intelectual anunciada pelos maranhenses de letras, não só produziu um sentimento nostálgico acerca dos tempos áureos do algodão, mas também os colocou como portadores de uma cultura superior que os distinguia dos demais saberes das camadas populares (BORRALHO, 2000).

A concomitância do processo de derrocada do sistema agroexportador ao mesmo tempo que a população livre e de cor se tornou majoritária no Maranhão, motivou essa elite branca e letrada a criar mecanismos de classificação de cor, com objetivo de separá-los do grosso da população, como aponta Matheus Gato de Jesus:

A nomenclatura das cores confere sentido a essas diferenças construindo uma ideia de branco enquanto beleza, educação, civilidade europeia e bom gosto. Em contraste, as classes dos índios, mulatos e negros, malgrado suas reconhecidas diferenças, são globalmente reunidas como signo da inferioridade social e cultural. (JESUS, 2015, p.44)

Esses marcadores sociais se fizeram presentes em uma sociedade já profundamente hierarquizada, cuja minoria branca ocupava o topo da pirâmide social, sustentada por uma população cativa que correspondia a mais da metade da demografia maranhense em meados do século XIX (FARIA, 2005, p. 238). No entanto, esse percentual sofreu uma grande alteração a partir de 1850, com a proibição do tráfico internacional e a instauração do tráfico interprovincial. A venda de pessoas escravizadas para o trabalho nas lavouras de café nas províncias sulistas tornou-se uma prática recorrente entre os fazendeiros da região, na tentativa de diminuir suas perdas financeiras frente ao declínio da agroexportação (JACINTO, 2015, p.262-263).

A ação representou uma redução no número de escravizados. Segundo apontamentos de Antônio Cândido de Moraes Rego, registrados no *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*, em 1870 a parcela da população escravizada na província havia sido reduzida para cerca de 21,2% do total. O tráfico interprovincial teve peso nesse decréscimo, pois eram exportados para as fazendas do Sul, em maioria, homens de faixa etária entre 10 a 30 anos, aptos para o trabalho nos cafezais, o que resultava no esfacelamento de várias famílias de cativos, mais uma vez, separadas dos seus entes queridos pelo sistema escravista (PINHEIRO, 2009).

A ida forçada para o sul motivou vários atos de fuga e rebelião contra o trabalho nas lavouras. Um dos episódios mais contundentes de revolta escrava no Maranhão oitocentista foi a insurreição de Viana. Iniciada em julho de 1867, um expressivo grupo de pessoas liderados por José Crioulo, Daniel, Feliciano Corta-Mato e Joaquim Calixto marcharam do quilombo São Bendito do Céu em direção as fazendas da região com o objetivo de libertar outros escravos do cativeiro (PEREIRA, 2006, p.66).

Os rebeldes tomaram de assalto a fazenda Santa Bárbara, tornando-a seu quartel militar, em seguida invadiram o engenho Timbó, onde conseguiram armas e munições para prosseguirem em campanha invadindo Vila Nova de Anadia e a fazenda São José. Os rumores sobre a insurreição escrava em Viana, logo se espalharam por outras regiões, chegando em São Vivente de Ferrer, São Bento, Pinheiro, Santa Helena, Guimarães, Alcântara, Turiaçu, Cururupu, Rosário, Coroatá e Codó. Rapidamente os proprietários e autoridades policiais desses municípios, temerosos que a insurreição ganhasse cada vez mais força, solicitaram com urgência o desmonte da revolta ao presidente da província Franklin Américo de Menezes Doria (PEREIRA, 2006, p.67-69).

Somente em 17 de julho de 1867 que expedições militares organizadas pelo governo provincial e por proprietários da comarca de Viana e municípios limítrofes conseguiram desarticular o quilombo São Benedito do Céu. Com os principais líderes presos, no início do ano seguinte, 1868, foi proclamada a sentença contra os insurgentes. Para os escravizados coube desde açoites e o uso de ferro no pescoço por anos até prisão nas galés. Aqueles que comprovaram liberdade, a pena foi prisão com trabalho forçado (PEREIRA, 2006, p.70). Em razão desses conflitos, entre os anos de 1870 e 1880, houve um intenso debate entre os senhores de escravos sulistas, se deviam proibir a importação do que eles chamavam de “negro mal vindo do Norte” (MARINHO, 2008, p. 96).

### **1.3 A exploração do trabalho das camadas subalternizadas dentro da província**

A diminuição do número de cativos em decorrência da proibição do tráfico transoceânico, a venda de escravizados para outras províncias e o crescente aumento da população liberta, modificou a paisagem demográfica do Maranhão nas últimas décadas do século XIX.

O aumento do clima de instabilidade do sistema escravista abriu precedentes para um intenso debate entre a administração da província e os fazendeiros da região, na tentativa de buscar alternativas para a substituição do trabalho escravizado nas lavouras. A discussão suscitada pelos letrados buscou possibilidades de condicionar a população de pobres livres para o trabalho nas lavouras, fazendo com que a atenção dos grandes latifundiários se voltasse para a população pobre livre do Maranhão.

A classe de pessoas pobres livres era socialmente e racialmente heterogênea, composta por caboclos, cafuzos, pardos e pretos, que viviam sobremaneira marginalizados pelo processo de colonização, muitas vezes sujeitados à fome, principalmente diante de situações em que havia monopólio das terras cultivadas pelos fazendeiros, que as usavam quase que exclusivamente para o cultivo de algodão e para pastagem de gado, como relata Francisco de Paula Ribeiro em sua *Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão*, e vistos pela elite proprietária e intelectual como “vadios, facínoras e indolentes” (RIBEIRO, 1849).

Considerados como indolentes para o trabalho, essa camada social não se mostrou uma alternativa viável, destaca Garcia de Abranches ao classifica-los como naturalmente propensos à vadiagem:

[...] O excessivo calor do clima faz ferver-lhes as paixões e os torna insensivelmente desleixados, e lhe faz logo criar um vil aborrecimento ao trabalho. Ao mesmo tempo a vasta prodigência (sic) da natureza na variedade de frutos silvestres, caças e peixes, lhes oferece um superabundante sustento a seus comuns desejos e os convida a viverem em perpetua ociosidade, apenas querendo cultivar alguns legumes, a mandioca, que é o pão próprio do país, trabalhando escassamente três ou quatro dias em cada mês, recebem da liberal fecundidade mais de trezentos por um, em retribuição ao seu trabalho. Não necessitam de mais roupas que simples calça e jaqueta, de qualquer fazenda ordinária, somente para tegumento (sic) cerimonial de escassa verecúndia (sic); porque o vigor do frio é um flagelo inteiramente desconhecido neste bem-aventurado país. Edificam com facilidade uma casa ou tegúrio, não precisando para a obra mais que uma foice, os traçados para cortar os paus e pindovas, e cipó, únicos materiais com que formam em poucas horas estas incônditas moradas, aonde vivem mais satisfeitos que o Rei Crespo, agregados de mulheres dissolutas ou cunhãs com quem se agolfam na mais torpe e libidinosa sensualidade[...] (ABRANCHES, 1822, p. 41)

A proibição do tráfico africano, em 1831, também fez recair sobre a população indígena expectativas de condicioná-la como mão de obra compulsória, levando a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão aprovar a Lei de n. 85, de 20 de junho de 1839<sup>4</sup>, com o objetivo de regulamentar uma série de normas que estabeleceram a criação de missões civilizadoras. A lei foi uma medida de contenção dos “ataques ou correrias”, que os índios cometiam contra as fazendas, na tentativa de defender seu próprio território.

Ademais, essa legislação também determinava a criação de colônias para o “amansamento” dessas comunidades, vistas como empecilhos diante do avanço da criação de gado (COELHO, 1990). A adoção dessa política indigenista mostrou-se ineficaz pela falta de recursos financeiros por parte do governo em arcar com a manutenção das missões, além disso, os índios não se adaptaram ao modelo de trabalho rural e tampouco mudaram seu modo de vida como esperavam os fazendeiros (FARIA, 2012, p. 212).

Assim como a resistência indígena, as formações de quilombos representavam um obstáculo para as ações colonialistas das elites proprietárias. A formação de mocambos<sup>5</sup> se constituiu como uma prática de resistência da população cativa, que não aceitava as condições degradantes impostas pelo sistema escravista. Episódios de levantes como ocorridos na revolta da Balaiada são indicativos de como os escravizados construía caminhos para a própria

---

Art.1º. Fica o Presidente da Província autorizado a estabelecer três missões ou aldeias de indígenas, duas no Alto-Mearim, e uma no alto Grajau.

Art. 2º. Estas missões serão assentadas em terras próprias para lavrar, ou continuas a estas, mas na proximidade de rios e campos de criar. (Col. Leis, Decre e Resol. Ma, 1839, p. 5-8)

<sup>5</sup> No Brasil, nas primeiras décadas da colonização, as comunidades de fugitivos eram denominadas, inicialmente, de *mocambos*. Termo originário da África Central, que significava pau de feira, um tipo de suportes com forquilha utilizados para erguer choupanas em acampamentos. Posteriormente, ao longo do século XVII, a administração portuguesa também passou a utilizar o termo *quilombo* (expressão centro-africana para acampamento) para referir-se as comunidades de fugitivos (GOMES, 2015, p.11).

liberdade. Domingos José Gonçalves de Magalhães em seus relatos sobre a Balaiada, comenta acerca da frente organizada pelos cativos,

[...] por quanto, fugitivos os Srs. fazendeiros, deixavam a mercê dos rebeldes suas casas e escravos, e estes se aproveitavam do ensejo para fugir ao trabalho da lavoura devastadas, e foram acoitar-se daquele lado da costa entre a barra da Tutoia e Priá, onde em número passante de três mil e capitaneado pelo Cosme[...]. (MAGALHÃES, 1858, p.33)

A participação negra na revolta, contou com um número de mais de 3 mil escravos fugidos, liderados por Cosme Bento das Chagas, o “Negro Cosme”, auto-intitulado “Tutor e Imperador das liberdades Bem-te-vis”. O grupo de aquilombados invadiam as fazendas da região do rio Itapecuru, proclamando a liberdade dos que se achavam na condição de escravidão, despertando a ira dos senhores do Maranhão, como relatou Gonçalves de Magalhães:

O negro Cosme, o facinoroso fugitivo das cadeias da capital, começara então ser importante figura, que mais assustava os fazendeiros, por achar-se à frente de três mil escravos por ele sublevados[...]assignava-se D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bem-te-vis; proclamava o fim da escravatura, dava títulos, postos, estabeleceu uma escola de ler e escrever [...]. (MAGALHÃES, 1858, p.118)

Mesmo após o conflito da Balaiada, a reunião de escravos fugidos em quilombos pelo território continuou, ainda que diluída no cotidiano da Província. Intensificando-se novamente nos anos de 1860, durante a Guerra do Paraguai, quando a presença da força policial diminuiu (GOMES, 1997). Através de seus estudos, Flávio Gomes denota que os quilombos não eram comunidades isoladas do resto mundo, mas havia a formação de uma economia agrária, que articulava mocambos, senzalas e roceiros livres na circulação de produtos oriundos dessas comunidades negras rurais para o mercado de feiras e vilas (GOMES, 2017, p. 147-170). A aliança secreta entre as senzalas e os quilombos se dava através de trocas mercantis e pela promessa de proteção em caso de possível fuga. Nesse sentido, aponta Gomes:

Tal cenário, em vez de atípico, revela as margens estreitas que aproximavam as comunidades de senzalas e as comunidades de fugitivos. Em Viana, junto à fazenda Santa Bárbara, dizia-se haver um pequeno quilombo com escravos, que descobertos ainda nas matas da fazenda, estariam fazendo farinha para seguirem em direção a um dos grandes quilombos localizados no rio Turiaçu. (GOMES, 2011, p.66)

Essa economia paralela desenvolvida nos mocambos representava para os senhores um grave perigo no surgimento de mais levantes dentro das fazendas, ocasionando um aumento no número de evasões de escravos para os quilombos. Em retaliação, o governo provincial organizava campanhas policiais para tentar desarticular essas comunidades, sendo também em

muitos casos os próprios senhores responsáveis pela formação de milícias para a captura desses escravos.

Apesar de ser uma tática corriqueira nos sertões maranhenses, segundo Flávio Gomes, houve uma mudança de estratégias a partir de 1880, as campanhas militares foram instruídas a utilizarem primeiro a negociação ao invés das armas e a manterem as instalações de casas e de produção agrícola encontradas nos quilombos. Posteriormente, essas instalações seriam utilizadas pelo governo para alocar os retirantes cearenses, como parte do plano de colonização do território (GOMES, 2003).

A conjuntura social do campesinato maranhense ao final do oitocentos, compreendida entre indígenas, pobres livres, libertos, escravizados e aquilombados, modificou-se ainda mais com a chegada dos chamados “refugiados da seca”, fenômeno que assolou o semiárido das províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará, esta última o principal epicentro da seca, entre 1877 a 1879. Os anos de estiagem foram marcados pelo deslocamento de um grande contingente populacional para a província maranhense (FARIA, 2012, p. 241).

Conforme os apontamentos levantados por Marcia Milena Galdez Ferreira, o problema da seca no sertão do Ceará mobilizou um deslocamento de aproximadamente 10.849 retirantes, motivando a administração provincial a tomar medidas cabíveis para o “acolhimento” e “assistência” dos refugiados da seca. Foram criadas, a partir de setembro de 1877, comissões de socorro público, financiadas pelo governo e pelos fazendeiros maranhenses, que viram na crise uma oportunidade de conseguir mão de obra (FERREIRA, 2015). As comissões de socorro, resultaram, inicialmente, na criação de seis colônias em regiões estratégicas para o Estado, que pretendia avançar a colonização sobre terras indígenas e territórios acossados por quilombos, relata Faria:

Só a Colônia Santa Tereza, situava-se numa região de ocupação, no município de Alcântara em terras doadas pela ordem dos Carmelitas, ao lado da Fazenda Tamatatuba. As Colônias Prado e São Sebastião situavam-se na região do Turiaçu, área com incidência endêmica de quilombos e com grande população indígena. A Colônia Prado, a primeira a ser criada, aproveitava as roças, casas e demais instalações do Quilombo Limoeiro, debelado, por suasórios” justamente para abrigar imigrantes, seguindo orientações oficiais. A Colônia Pimentel foi instalada às margens do Pindaré, diante de Monção, e no alto Mearim e Grajaú ficaram as Colônias Flores e Mata dos Bois, as três em área de concentração de “índios arredios (FARIA, 2012, p.246).

A política de socorro aos refugiados da seca, avançou ainda mais com criação de alojamentos em quase todos os municípios, nos quais os migrantes eram cuidados e encaminhados para o trabalho nas lavouras em locais fronteiriços com aldeamentos indígenas



e quilombos. Contudo, com o fim do período de seca em 1879 e em parte pela falta de entendimento entre a administração da província e o governo imperial em relação ao custeio das despesas alimentícias das colônias, a política assistencialista começou a se extinguir. Com grande parte dessa população permanecendo no Maranhão e incorporando-se entre os trabalhadores livres, e outra parcela migrando para os seringais na Amazônia ou retornando às suas terras natais. (FARIA, 2012, p.242- 244).

Os migrantes cearenses que optaram pela vida no Maranhão integraram-se em sua maioria nas lavouras, produção de cereais, com destaque para arroz, milho e feijão, gêneros que tiveram um significativo aumento na produção com a entrada dos “retirantes”, segundo o Relatório do Presidente da Província, Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos:

Segundo informações que tenho recebido, os cearenses existentes na Província aplicaram-se ao trabalho da lavoura, por conta própria e a jornal. Não me tem sido possível, por falta de dados, a organização de uma estatística que determine o número de cearenses na Província e o sistema por que a maioria deles se tem aplicado ao trabalho. É, entretanto, certo que há grande número empregado na lavoura de cereais, e a isto se atribui a grande abundancia desses gêneros na atual safra. (RELATÓRIO, 1880, p. 36)

Com a crise da grande lavoura, a produção de cereais, por pequenos produtores rurais, passou a ganhar notoriedade no setor agrícola. O consecutivo aumento na importação dessa produção agrícola, contribuiu para dar mais visibilidade aos pobres livres, mas ainda prevalecia entre as elites regionais, certa desconfiança pelo estigma de indolência atribuído a essa população (FARIA, 2012, p.249).

Desse modo, pelas garantias e os rendimentos que a exploração do trabalho de pessoas negras impulsionava para os senhores maranhense, a escravidão persistia como a base da economia da província, mesmo com as sucessivas crises na grande lavoura. Contudo, a defesa pela permanência do sistema escravista, não se restringia apenas a justificativa econômica. De acordo com Régia Agostinho da Silva, possuir escravos no contexto social do Maranhão oitocentista, significava um símbolo de distinção social para as famílias abastadas, dados os indícios que mesmo com a venda de escravos para tráfico interprovincial, os fazendeiros locais mantinham um número considerável de escravizados sob seu poder, como uma parte valiosa de seu patrimônio. Por essa razão, o Maranhão às vésperas da abolição ainda contava com uma população de mais de 30 mil cativos (SILVA, 2014, p. 33).

Contudo, como apresenta Adriana Monteiro Santos, a resistência dos que permaneciam na condição de cativos se tornava cada vez mais eloquente, seja em pequenos atos praticados no dia a dia do cativo, a exemplo dos episódios de embriaguez e

insubordinação, que denotam a não aceitação pacífica da condição de escravizado, seja na forma mais explícita de resistência, como as fugas, dentre outras possibilidades (SANTOS, 2015). As fugas eram planejadas em resposta à imposição ao trabalho excessivo e aos maus tratos, dessa forma, sua ação significava uma afronta direta a autoridade senhorial, causando grandes prejuízos financeiros para os senhores, com a perda de mão de obra, despesas com anúncios de jornais e o pagamento de recompensas pela captura (SANTOS, 2015, p. 63).

Porém, Santos, ressalta que os escravos fugiam não só para escapar da exploração do trabalho e dos castigos rigorosos, a fuga também era um meio de reconstruir laços afetivos, uma vez que os fugitivos utilizavam essa oportunidade para ficarem próximos de familiares, que haviam sido separados por imposição do cativo.

A prática das fugas como atos de resistência assumia várias motivações, carregadas de desejos e subjetividades na busca por liberdade (CARVALHO apud SANTOS, 2015, p.64). Suas elaborações revelam uma complexa rede de solidariedade criada entre os escravizados que possibilitava a construção de estratégias que os permitiam fugir.

Lilia Moritz Schwarcz no livro intitulado *“Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX”*, discute como os anúncios de fugas publicados em periódicos durante o Brasil imperial são importantes fontes que possibilitam a reconstrução das estratégias utilizadas pela população negra para a implementação das fugas.

As descrições contidas nos anúncios são pistas, que embora repletas de adjetivos pejorativos e discriminatórios, deixam entrever nomes, gênero, características físicas, trajetórias, dentre outros índices analíticos, que permitem formar um quadro da população cativa em fuga. A partir dessa análise é possível observar a maneira como eram estruturadas as diferentes modalidades de trabalho servil empregadas pelos senhores, sejam elas: o trabalho de ganho nas ruas, de carregadores, de ofícios especializados ou nas plantações (SCHWARCZ, 1987).

## CAPÍTULO 2

### Escravidão e resistência na imprensa maranhense do século XIX

#### 2.1 Teatralização do poder

O Brasil oitocentista entrou em uma nova fase política a partir do golpe da maioria, em 23 de julho de 1840. A centralização do governo nas mãos de jovem Pedro II permitiu o arrefecimento de parte das inquietações políticas e dos conflitos entre as elites regionais que tumultuaram o período Regencial (SANTOS, 2021, p.41). Agora, circulando na órbita do Imperador, a vida política do país, pouco a pouco, concentrou-se na Corte, estabelecida no Rio de Janeiro. Apesar disso, as figuras políticas que transitavam nesse espaço de poder, como destaca Nelson Werneck Sodré (1966), ainda eram as mesmas que asseguravam sua força e influência por meio das suas raízes na grande propriedade agrícola monocultora e no trabalho escravo.

A articulação política do poder moderador que alternava liberais e conservadores no governo (SANTOS, 2021), passou a contar com a imprensa como aliada na propagação ideológica desses grupos partidários e na manutenção dos privilégios da classe dominante, como comenta Sodré:

Para esses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que pouco a pouco se firma e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência. (SODRÉ, 1966, p.182)

Essa prática de emparelhar à atividade jornalística aos interesses privados não ficou restrito apenas à Corte, a Província do Maranhão também adotou a tática do jornalismo político. Veículos de comunicações, a exemplo do *O Homem do Povo* (1847), *O Estandarte* (1849-56), *Revista* (1842-44), *O Pugnador* (1859) e *O Observador* (1847-61) (SANTOS, 2021, p.239), foram importantes armas usadas em conflitos complexos entre Bem-te-vis e Cabanos<sup>6</sup> pela opinião pública.

---

<sup>6</sup> De acordo com Flávio Reis, as forças políticas que rivalizavam pelo poder no Maranhão, no início da década de 1840, estavam divididos entre Cabanos (ou Saquarema) e Bem-te-vis (também conhecidos por Marreco ou

Outra linha editorial abordada pela imprensa maranhense oitocentista era a literária. Várias colunas em periódicos da época expunham textos de renomados poetas, jornalistas e escritores, dos quais se destacaram: Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Celso Magalhães, Gentil Braga e João Lisboa, entre outros nomes, símbolos do período áureo do mito da “Atenas brasileira” (PEREIRA, 2006, p.86-87).

A divulgação desses textos literários estimulava a autopromoção da imagem da sociedade senhorial gonçalvina e seus intelectuais. Essa exaltação cultural apresentada pelos jornais serviu como maneira de reafirmar o passado “dourado” do Maranhão no início dos oitocentos (CORRÊA, 2001, p.29). Além disso, à medida que a prosperidade da lavoura se extinguia e a população livre e de cor se tornava majoritária dentro da Província, a imprensa literária iniciou um movimento de resgate desses grandes nomes, como forma de restabelecer o título de “Atenas”, que conferia status social elevado à capital e seus abastados habitantes (CORRÊA, 2001).

Vinculados aos interesses dos ricos comerciantes e dos grandes proprietários rurais, os jornais em circulação na segunda metade do século XIX desempenharam um papel estratégico de cooperação com essa classe senhorial na reprodução dos mecanismos de dominação sobre as populações subalternizadas da Província, como afirma Josenildo Jesus Pereira,

[...] o jornalismo periódico foi de suma importante na produção e circulação de proposições a respeito do que se concebia como fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Província baseada na agricultura mercantil de exportação e de base escravista. (PERREIRA, 2006, p.94)

Como porta-vozes, periódicos como o *Diário do Maranhão* assumiram relações ainda mais estreitas em defesa de seus patrocinadores, quando o setor agroexportador entrou em declínio e o escravismo, que sustentava os privilégios da elite proprietária do Maranhão davam indícios do fim (SILVA, 2014).

## **2.2 O temor das insurreições no imaginário senhorial**

Inaugurado em 1855, o *Diário do Maranhão*, tendo como subtítulo: *Jornal do comércio, lavoura e indústria*, compartilhava através de seus articulistas as ideias e a visão de mundo dos ricos senhores locais. O periódico contava com quatro páginas divididas em três

---

Luzias). Os Cabanos eram formados por comerciantes portugueses e por famílias tradicionais com forte ascendência portuguesa que defendiam uma política conservadora no governo. Em oposição, o partido dos Bem-te-vis era composto em sua maioria por profissionais liberais e por pequenos proprietários agrícolas, que lutaram em favor da Independência e estavam alinhados com as propostas liberais defendidas por alguns intelectuais e políticos da Corte (REIS, 2007).

colunas cada, que se subdividiam em quatro partes: Oficial, Folhetim, Marítimo e Notícias.

Atentando à editoração do jornal, assim destaca Pereira:

Na parte Oficial, publicavam-se matérias referentes aos expedientes do governo da Província. No Folhetim, romances ou novelas francesas. Na Parte Marítima, as informações a respeito do movimento de entrada e saída de embarcações do porto de São Luís. Por sua vez, a Secção de Notícias por diversos anúncios relativos aos acontecimentos como festas, nascimentos, óbitos e fugas de escravos; a propaganda de mercadoria e serviços; o comércio de escravo: compra, venda e aluguel, de bebidas e leilões se compunha. (PEREIRA, 2006, p. 95-96)

Sua organização, apesar de manter a mesma estrutura, sofreu algumas modificações na década de 1870, quando passou a contar com cinco colunas em cada página, estrategicamente realocadas para comportar o maior número de anúncios possíveis (PEREIRA, 2006). Entre os anúncios destacam-se as propagandas de produtos importados, como roupas, chapéus, mobílias e vários outros artigos de luxo de interesse da elite maranhense, que se espelhava na Europa como modelo de sofisticação e cultura. Tais anúncios dividiam página com a outra face do Maranhão Imperial, a escravidão negra, exposta em anúncios de venda, aluguel, fuga e nas seções policiais (OLIVEIRA, 2017).

Na chamada *Secção Geral* eram divulgados artigos que discutiam temas relacionados à agricultura mercantil e críticas aos atos de resistência negra contra o domínio senhorial, como destacado nesse fragmento do editorial publicado em 5 de setembro de 1875:

[...] chamamos a atenção das autoridades superiores para o que nos escreve de Viana o nosso correspondente e que hoje damos publicidade. Está ainda na memória de todos os sustos e trabalhos porque passaram as comarcas de Viana, sustos que em maior ou menor escala se repetem todos os anos sem que se tome uma medida, que extirpando o mal, leve a tranquilidade aquelas populações. Dizimada como está a população do interior da Província, na comarca de Viana há muitas fazendas distantes de 5, 8 e 10 léguas dos centros populosos, inteiramente à mercê dos quilombos, que Viana devia ter constantemente forte destacamento de soldados comandados por um oficial enérgico e experimentado; isso seria suficiente para conter em respeito os quilombos, pois, sabem muito bem que o povo está sempre pronto a auxiliar as tropas para ataca-los. Tão forte e respeitável se torna então a força assim organizada, quão débil sendo o povo só por si que se arme para o mesmo fim. É preciso que o governo olhe para isto com muita atenção; esperamos que dos senhores presidentes da província e chefe de polícia partam medidas que ponham termo a este estado de coisas. (Diário do Maranhão, 05. 09. 1875, BPBL )

Por meio desse fragmento de texto, observa-se como as pautas editoriais do *Diário do Maranhão* estavam alinhadas aos interesses dos grandes proprietários rurais ao chamar a atenção das autoridades policiais da Província para tomarem medidas cabíveis contra os quilombos situados no entorno da região de Viana. O articulista ao denunciar as ações das

comunidades de fugitivos também partilhava da preocupação dessa classe com os crescentes casos de insurgência de escravizados, vide o episódio da Balaiada e o protagonismo exercido por negro Cosme e seu grupo de mais de 3 mil aquilombados na revolta (ASSUNÇÃO, 2015). Temia-se que o surgimento de um novo levante pudesse causar mais danos à economia da Província (PEREIRA, 2001).

O impresso de 5 de setembro de 1875, oito anos depois da insurreição de Viana, é um claro indício que o acontecimento ainda era motivo de preocupação dos fazendeiros da região. Esses temores se justificavam pelo desgaste das relações entre senhores e escravizados, pelos desdobramentos da crise do algodão e pelo fim do tráfico internacional, a partir de 1850 (OLIVEIRA, 2017). Essa fragilidade na estrutura social e econômica do Maranhão na segunda metade dos oitocentos também foi percebida pelos escravizados que utilizaram essa situação a seu favor, sobre o caso, discorrem Viana, Ribeiro Neto e Gomes:

No Maranhão, em 1867, o momento da eclosão da insurreição de Viana coincide com uma efervescência política em várias partes do Império. Na segunda metade dos anos 1860 aconteceriam diversas discussões e debates parlamentares sobre a emancipação dos escravizados, existia a Guerra do Paraguai e o problema do recrutamento militar, sem falar das “ideias de liberdade” que circulavam. Além disso, chegavam notícias sobre a guerra civil americana e a libertação dos escravizados nos Estados Unidos e as disputas diplomáticas entre Brasil e Inglaterra. (VIANA; RIBEIRO NETO; GOMES, 2019, p.166)

A insurreição dos escravizados da região de Viana também coincide com as profundas mudanças econômicas e sociais em curso na Província do Maranhão, relata Oliveira:

O fim do tráfico externo de escravos negros, aliado à conjuntura interna da economia da Província, tiveram reflexo direto nas relações entre senhores e escravos, sobretudo nos grandes centros urbanos do interior e suas áreas de domínio, caso de Viana. (OLIVEIRA, 2017, p. 48)

Os reflexos desse panorama de crise no sistema escravista causaram impactos que foram sentidos pela população escravizada da Baixada maranhense, onde já havia a formação de vários quilombos, como é o caso das comunidades de São Vicente do Céu e São Benedito do Céu, que foram surgindo a partir das fugas de escravos para a mata, que posteriormente deram origem a pequenos grupos que atraíam outros cativos das fazendas da região, prática classificada pelos senhores como “sedução” (PEREIRA, 2001, p. 130).

Esses quilombos contavam com uma complexa dinâmica de sobrevivência estabelecida pela comercialização de produtos de cultivo próprio, como milho, algodão, cana-de-açúcar e mandioca, com alguns pequenos fazendeiros e comerciantes das regiões de Viana e Guimarães. Essa negociação possibilitava a troca por outros gêneros de primeira necessidade

e até mesmo por armas e munições (OLIVEIRA, 2017, p.49). Além disso, existia uma estreita rede de informações e de trocas entre os amocambados e as populações de livres pobres, libertos e escravizados que habitavam próximo aos quilombos (PEREIRA, 2001, p. 134). Outro fator importante que deve ser considerado segundo Viana, Ribeiro Neto e Gomes (2019), é a capacidade dos escravizados de tecerem suas próprias interpretações sobre a conjuntura social e política vivida no Maranhão durante esse período. As autoridades policiais temiam o surgimento de potenciais revoltas por parte da população escravizada, caso se organizassem em favor do ideário de liberdade, assim asseveram os autores:

Temores de insurreição foram a tônica da imprensa e da correspondência policial do Maranhão nos anos 1860. Em 1861 chegaram a São Luís denúncias sobre rebeliões escravas com planejamento em curso em Anajatuba. Falava-se “que diversos escravizados formavam clubes em alguns lugares da vila, nos quais declaravam que eram livres, pois que existia na barra um vapor de guerra, que os vinha libertar, e que por esse motivo não deviam mais obedecer a seus senhores. (VIANA; RIBEIRO NETO; GOMES, 2019, p.163)

Mundinha Araújo em seus estudos sobre a insurreição de Viana, discute como muitos escravizados aproveitaram o pouco policiamento na Província, ocasionado pelo recrutamento compulsório para a guerra do Paraguai, para invadir as fazendas de Santa Bárbara, Timbó e Santo Ignácio, reivindicando por meio de suas ações contra a autoridade dos senhores de Viana suas condições como livres (ARAÚJO, 1996).

### **2.3 A representação da escravidão nos periódicos de São Luís no século XIX**

O jornal *Diário do Maranhão* como órgão partícipe da classe dominante do Maranhão Imperial, defendia em suas publicações as alegações dessa elite acerca da propriedade privada de terras e de escravos, vide os casos acima referenciados (SILVA, 2014). Por consequência, se posicionava, em geral, contra discursos emancipatórios da escravidão ou que alterasse as estruturas fundiárias que concentravam grande poder político nas mãos das famílias mais abastadas da Província (PEREIRA, 2006).

Em troca desse apoio, a elite senhorial conferia credibilidade às palavras ditas pelo jornal e financiava suas publicações. A forma mais direta desse apoio monetário eram os anúncios, responsáveis por mais da metade do lucro obtido no jornal (SCHWARCZ, 1987), a tônica desses anúncios circulava em torno da objetificação da figura do escravizado, e como parte valiosa do inventário dos senhores eram postos para a comercialização, como revela Schwarcz:

Até inícios da década de 1880, grande parte dos anúncios que ocupavam os periódicos da época referia-se a escravos. O cativo aparecia então vinculado a todo tipo de transação econômica: compra, venda, aluguel, leilão, seguro, fugas, testamentos, alienação, empréstimos, hipotecas, penhora, doação, transmissão, depósito e usufruto. (SCHWARCZ, 1987, p. 157)

Na seção de anúncios, as chamadas de venda e aluguel de escravos destacavam-se pela linguagem simples e repleta de adjetivos empenhadas pelos senhores na tentativa de destacar as habilidades para o trabalho do cativo, que procuravam vender ou alugar, vejamos os exemplos de alguns anúncios de venda de escravizados publicados no *Diário do Maranhão*:

Alberto Ferreira da Silva Santos, tem para vender uma escrava que lava, cozinha e goma, e preta com 25 anos e com uma filha de 7; que podem ser vistas em sua casa na rua de Santa Anna, n. 100 (Diário do Maranhão, 5. 02. 1874, BPBL).

Na rua Formosa, casa n. 26, vende-se um escravo pedreiro (Diário do Maranhão, 9. 05. 1874, BPBL).

Compra-se uma escrava nas seguintes condições: sadia, de meia idade, sem filhos e perfeita engomadeira. A tratar na rua Grande n. 86 (Diário do Maranhão, 01. 01. 1875, BPBL).

Vende-se um escravo pardo de idade de 34 anos, sadio e próprio para o serviço de lavoura, a tratar na rua do Sol n. 39, no seu estabelecimento (Diário do Maranhão, 15. 01. 1879, BPBL).

Observando esses anúncios podemos entender como estava organizada a população cativa nos mundos do trabalho no Maranhão e a maneira como essa sociedade tecia seus olhares sobre essa população, vistos como “peças” passíveis de comercialização, através da exaltação de características físicas e profissionais, como “sadio” e “próprio para o serviço na lavoura”.

As funções exercidas por eles, principalmente dentro do ambiente urbano, também podem nos revelar como aproveitavam a pouca autonomia que tinham para ampliar suas redes de solidariedade e canais de comunicação com outros grupos sociais que habitavam a Província. Os trabalhadores das cidades, sejam os empregados no serviço doméstico, de ganho ou em construções, na ausência de um feitor contavam com uma maior liberdade para circular dentro da cidade, muito embora, segundo Leila Mezan Algranti, a própria população da cidade fazia a vigilância desses escravizados (ALGRANTI, 1988).

A circulação nas vias públicas pelos trabalhadores escravizados nos centros urbanos no Maranhão durante o oitocentos contava com uma legislação específica que restringia o horário de ocupação dos escravizados nos espaços urbanos sob pena de multa e encarceramento. O Código de Posturas da capital ludovicense de 1842, consistia em um conjunto de normas e



etiquetas que deviam regulamentar a vida social da cidade segundo os valores e padrões importados do modelo de civilidade europeu (SELBACH, 2010, p.51).

Ademais, consistia em um mecanismo de segregação que limitava a circulação e a vivencia das camadas populares, em sua grande maioria escravizados, dentro da Capital. Tais atribuição de sentidos continuou sendo aplicada na legislação do Código de Postura de São Luís de 1866:

**Artº 30.** Nenhum escravo poderá estar fora de casa além das dez horas da noite sem autorização escripta de seu senhor. Os infractores serão presos até o dia seguinte, para serem entregues a seus senhores, que pagarão a multa de mil reis, por cada escravo assim encontrado; e no caso de não satisfazerem, ficará o escravo retido por mais vinte quatro horas (CÓDIGO DA CIDADE DE 1866).

**Artº 31.** É proibido aos escravos terem estabelecidos de commercio de qualquer natureza, ou capital que seja, sem que tenham licença por escripto de seu senhor. Aos contraventores a multa de dez mil reis, e na reincidência o dobro e oito dias de prisão (CÓDIGO DA CIDADE DE 1866).

O Código de Postura da cidade também estabelecia a proibição da comercialização de gêneros alimentícios sem a autorização senhorial. O que inviabilizava a tentativa de juntar algum pecúlio para compra da alforria por parte dos escravizados ou de obter uma fonte de sustento. Como é o caso dos caboclos e libertos, que atuavam como vendeiros e dos escravos de ganho, que a mando de seus senhores vendiam legumes, frutas, peixe, aves e quitutes nas ruas de São Luís. Também eram proibidos pelo Código da cidade de desempenharem suas atividades no principal centro comercial da cidade, a Praça do Comércio (JESUS, 2015).

A legislação criada para dar ares de sofisticação à cidade de São Luís tentava varrer para debaixo do tapete os horrores da escravidão proibindo a mendicância, em alguns casos último recurso de sobrevivência dos escravizados abandonados pelos senhores por estarem velhos ou sem condições para o trabalho. As chamadas “festas de preto” ou “batuques” também eram cerceadas para as partes periféricas da cidade, longe das áreas nobres dos grandes casarões do centro de São Luís (JESUS, 2015, p.72).

Mesmo com a repressão imposta pela classe dominante, havia resistência por parte da camada escravizada da cidade, a leitura das repartições policiais dos jornais de São Luís, como o *Publicador Maranhense*, revela episódios de insubordinação praticados no cotidiano da cidade que demostram que eles não se intimidavam diante das várias medidas criadas pela sociedade senhorial para reprimir suas ações (SANTOS, 2015).

A 11ª Patrulha da cidade prendeu às 10 horas da noite na rua de São Pantaleão, o preto Guilherme, escravo de Joaquim Pereira de Borges, por se encontrar depois do toque de recolher sem autorização por escrito do seu Sr. Foi

entregue a seu senhor para ser castigado (O Publicador maranhense, 21. 04. 1843, BPBL).

\*\*\*

Os soldados José Theodoro Soares, e Pedro Martins dos Santos, prenderão as 2 horas da manhã no Trapixe de D. Ana Francisca de Sá, os mulatos Adão e Francisca, escravo primeiro de Bernadino José Pereira de Castro, e o segundo do Doutor José Mariano Correia de Azevedo, por estarem fugidos. Foram entregues a seus senhores (O Publicador maranhense, 16. 05. 1843, BPBL).

\*\*\*

No dia 8 foram presos, o preto Frederico, escravo do Dr. Antonio Carneiro Home Souto Maior, por desobedecer a patrulha e o alferes da guarda nacional, por estar ébrio e insultar o guarda cívico Alfredo Bandeira Hall (O Publicador maranhense, 18. 06. 1866, BPBL).

Conforme apresentado o artigo nº 30 do Código de Postura do ano de 1866, proibia a circulação de escravizados nas ruas de São Luís, após o toque de recolher sem autorização por escrito do seu senhor. Sob a suspeita que os cativos organizassem alguma rebelião, as autoridades da província utilizavam esse aparato legal com objetivo de reprimir qualquer reunião noturna por parte dos cativos (PEREIRA, 2001, p.75).

No entanto, os passeios noturnos para os escravizados, como comenta Maria Cristina Cortez Wissenbach eram “momentos intensos de sociabilidade e lazer”, utilizados para estreitar laços de amizade ou resolverem alguma pendência do cotidiano fora da labuta diária (WISSENBACH, 2009, p. 194). Como possivelmente foi o caso de Guilherme, pego pela Patrulha policial, durante suas andanças noturnas.

A postura Municipal também não foi capaz de impedir Frederico de exercer sua vontade ao buscar momentos de descontração na bebida e após ser pego revoltou-se contra os abusos da repressão policial. O caso dos mulatos Adão e Francisca foi mais além, os dois decidiram fugir juntos e romper com a dominação dos seus senhores, apesar de serem pegos pela força policial.

## **2.4 Entre negociação e fuga**

Conforme analisou Lilia Schwarcz, durante muito tempo a historiografia brasileira em suas produções sobre o escravismo opunha-se em duas tendências: a primeira, que tem entre seus principais teóricos Gilberto Freyre, Oliveira Viana e Varnhagen<sup>7</sup>, apresenta uma visão

---

<sup>7</sup> Cf. VIANNA, F. J. Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Nacional, 1938. (3. ed.). Cf. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global. Cf. 2011; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de História geral do Brasil. Isto é, do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos

quase que idílica do processo de escravidão no Brasil. Com a figura do escravizado relacionada à “barbárie” e totalmente dependente do paternalismo do senhor para condicioná-los a “civilidade de uma vida cristã” (SCHWARCZ, p.1987).

A segunda vertente, surgida a partir de 1940 através do pioneirismo de Clóvis Moura e posteriormente nas décadas seguintes de 60-70 pelas contribuições dos historiadores Emília Viotti da Costa, Suely Reis de Queiroz, José Alípio Goulart e Fernando Novais<sup>8</sup>, que colocaram em questionamento a “relação agridoce” entre senhor e escravo, assentada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*.

Para Reis e Silva, há outros caminhos, os quais os escravizados fizeram história, além do antagonismo entre conformidade e rebelião, por intermédio do “heroísmo prosaico de cada dia” muitos cativos utilizaram-se de estratégias e negociação com o próprio sistema para burlar a difícil realidade do cativo (REIS; SILVA, 1989)

Antônia de Castro Andrade, na tese *Laços de Compadrio entre escravizados no Sul do Maranhão (1854- 1888)*, discute como a população escravizada do sertão do Maranhão não ficava restrita apenas às insurreições, fugas e formação de quilombos, mas também praticavam outras modalidades de resistência:

O conflito era latente, mas houve espaço para as negociações cotidianas, nas quais os agentes históricos iam construindo espaços de sociabilidade e de solidariedade no dia a dia das fazendas. A relação de compadrio dentro desse contexto se apresenta como uma estratégia usada pelos escravizados na construção de espaços de autonomia. (ANDRADE, 2017, p. 60)

As relações de compadrio estabelecidas diante da pia batismal, permitiam os escravizados construir os seus próprios espaços de sociabilidade, firmando parcerias tanto com livres como com outros escravizados. Através dessas redes de solidariedade era possível criar estratégias que burlavam o sistema escravista, garantindo assim alguma melhoria nas condições de subsistência. No caso da relação de compadrio, os laços afetivos criados possibilitavam o amparo das crianças no futuro, pois, esses indivíduos teriam mais chances de comprarem a alforria de seus afilhados, que viviam na condição de cativo (ANDRADE, 2017, p. 67-78).

---

recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, e dedicada a sua majestade imperial o senhor D. Pedro II. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

<sup>8</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998. Cf. GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1967. – (Coleção Terra dos Papagaios). Cf. NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993. – (Série Princípios)

Da mesma forma, o compadrio representava uma maneira de reestabelecer os laços familiares e de amizades que foram desfeitos pela escravidão, sobre esse aspecto é importante ressaltar que a busca por recompor os vínculos com sua própria gente era uma maneira de estabelecer uma rede de proteção e apoio mútuo (OLIVEIRA, 1995, p.15). Em *Na senzala uma flor*, Robert Slenes afirma que mesmo em meio às precárias condições de vida que essa população era exposta diariamente, havia a formação de núcleos familiares entre os cativos, vínculos resistentes até mesmo aos caprichos dos senhores.

Os relatos impressos em alguns anúncios de fugas contidos no jornal *Diário do Maranhão* entre os anos de 1855 a 1880 trazem alguns exemplos de como essas relações familiares criadas dentro da senzala e nos mais variados ambientes de trabalho não acabaram com a venda de um dos membros da família. Entre os anúncios é comum haver menção a escravizados que fugiam para os arredores de localidades onde moravam antes de serem vendidos para um novo dono. A suspeita levantada pelos anunciantes nessa situação cabia ao fato que esses indivíduos contavam com algum laço de parentesco nesse antigo lugar de residência. E a fuga, portanto, seria motivada por esse desejo de reconciliação com redes de solidariedade, muitas vezes imbuídas em relações familiares, ou pela possibilidade de acoitamento.

A fuga, apesar de ser um ataque frontal ao direito de propriedade senhorial, nem sempre representava um ato de rompimento total com o sistema, em muitos casos as *fugas-reivindicatórias* eram usadas para barganhar com o senhor alguma melhoria nas condições de trabalho ou até mesmas folgas em dias santos (REIS; SILVA, 1988). Tais reivindicações, apesar de apresentarem um risco muito grande para os escravizados, representavam um alto risco de perdas econômicas para o senhor, o que dava aos cativos uma margem para negociação (REIS; SILVA, 1988, p. 63-64).

O uso dessa estratégia como meio de garantir o mínimo de autonomia dentro da realidade do cativo não apagava a existência da evasão em busca da liberdade longe das amarras da escravidão através das *fugas-rompimento* (REIS; SILVA, 1988, p. 66). O rompimento da relação senhor-escravo era motivado por vários fatores, como por exemplo, a severidade dos castigos empregados ou o descobrimento de acordos pela parte proprietária.

Deflagrada a fuga, os senhores rapidamente agiam para reaver seus escravizados. A publicação de anúncios de fugas em periódicos de grande circulação regional era o primeiro passo na tentativa de capturá-los. Nos anúncios eram reunidos o máximo de informações e características conhecida pelo proprietário acerca do escravizado, estas eram usadas para

auxiliar as autoridades policias e capitães do mato que pretendiam seguir as trilhas deixadas por esses fugitivos.

Diante do delineamento desses retratos do contexto da escravidão, considerando as articulações (e problemáticas) do sistema no Maranhão oitocentista, no capítulo seguinte examinaremos mais detidamente as descrições empregadas pelos proprietários de escravos nos anúncios de fuga impressos no *Diário do Maranhão*, jornal escolhido para concentrar a análise aqui proposta, observando seus principais índices, como características físicas dos fugitivos, faixa etária, sexo, sem perder de vista suas diferentes motivações e astúcias utilizadas em fuga.

## CAPÍTULO 3

### **Resistência nas páginas do Diário do Maranhão: uma análise dos perfis dos escravizados fugidos.**

#### **3.1 Observando os anúncios: o uso dos jornais como fonte histórica**

A utilização de periódicos como fonte documental na produção de conhecimento histórico no Brasil, até a década de 1970, era relativamente pequena. A imprensa reputada como fonte suspeita, por estar ligada a determinada classe social e seu momento histórico, sofria resistência de muitos historiadores que sob a influência de paradigmas historicistas e positivistas ainda buscavam orientar suas pesquisas através da análise de documentos oficiais, fontes consideradas fidedignas (LUCA, 2010, p.112).

A crítica a essa antiga concepção acerca dos jornais como fonte histórica coube a terceira geração dos *Annalles*, que propôs uma renovação das problemáticas e dos temas estudados pelos historiadores (LUCA, 2010). A partir dessa mudança na abordagem metodológica da disciplina, houve uma ampliação do conceito de fonte documental, possibilitando ao historiador direcionar seu olhar sobre novos objetos de pesquisa.

Nessa perspectiva, muitos estudiosos do processo de escravidão no Brasil, buscaram compreender melhor, através da utilização de novas fontes de pesquisa, a exemplo da imprensa de época, o cotidiano das populações escravizadas, bem como suas estratégias para conseguir o mínimo de autonomia e melhores condições de subsistência dentro do sistema escravista. Além das várias formas de resistência utilizadas na busca por liberdade (Santos, 2015).

Sobre o leque de possibilidades que os historiadores passaram a dispor por meio da resignificação dessas fontes para o aprofundamento dos estudos sobre as relações escravistas no Brasil, Maria Helena Machado explica que:

A historiografia da escravidão esforça-se hoje para superar as visões pessimistas a respeito do escravo e do liberto, mergulhando nas fontes documentais que permitem reconstruir a realidade da escravidão, não necessariamente sob um ponto de vista heroico, mas realista. (MACHADO, 1988, p. 160)

Dessa forma, considera-se a arena da imprensa como campo de registro potencial de aspectos históricos e sociais da sociedade oitocentista, fonte de índices analíticos que incluía

o cotidiano das populações escravizadas, percebidas em formas discursivas senhoriais, grandemente representadas na imprensa. Os jornais configuram-se, portanto, como ricos depositórios que permitem contribuir com o aprofundamento dos estudos sobre as relações escravistas no Brasil.

Nesse sentido, destaque para a obra de Gilberto Freyre, publicada em 1979, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, que se constituiu como pioneira ao analisar os aspectos sociais da escravidão a partir dos anúncios de fuga publicados entre os anos de 1825 a 1888 no jornal *Diário de Pernambuco*, em Recife, e no *Jornal do Commercio*, da Província do Rio de Janeiro, como nos diz Freyre:

A análise sistemática de anúncios relativos a escravos dos jornais brasileiros do século passado veio permitir chegar-se a importantes conclusões ou interpretações de caráter antropológico quer psicossomático, quer de todo cultural, à base das descrições oferecidas das figuras, falas e gestos de negros - ou mestiços - à venda e, sobretudo, fugidos: altura de corpo, pés, mãos, cabeça, dentes, modos de falar, gesticulação, doenças.” (FREYRE, 2010, p. 28)

Tal pesquisa foi considerada um marco no campo hemerográfico e contribuiu para o estudo dos perfis de escravizados em fuga à época do Brasil oitocentista. Entretanto, segundo Santos, apesar do pioneirismo na análise dos anúncios de fuga, existem algumas problemáticas nos discursos produzidos pelo autor sobre a escravidão no Brasil (SANTOS, 2015).

A primeira, já mencionada no capítulo anterior, diz respeito a sua compreensão das relações entre senhores e escravizados, como marcadas pela presumida benevolência típica do sistema patriarcal. A segunda questão está relacionada à concepção de fuga, que para Freyre era um ato instintivo daqueles indivíduos frente a imposição da escravidão,

[...] Partindo do pressuposto de que aqueles que recorriam a essa forma de resistência eram sujeitos inadaptados ao cativo. Não as percebia como práticas sociais inseridas no cotidiano escravista; sendo assim indivíduos capazes de atuarem para além da concepção escravista que os concebiam como mera “propriedade”. (SANTOS, 2015, p. 70-71)

Apesar das importantes contribuições deixadas por Freyre para o estudo das fugas de escravizados ocorridas no Brasil oitocentista, há várias lacunas a serem preenchidas, principalmente sobre como essa população empregava estratégias na construção das rotas de fuga e a maneira como estavam organizados dentro dos mundos do trabalho servil. Nessa perspectiva, este capítulo propõe uma análise dos anúncios de fugas de escravizados publicados no jornal *Diário do Maranhão* entre os anos de 1855 a 1880, período que compreende a franca decadência da economia agroexportadora local e fortes debates em torno da problemática do trabalho livre e da abolição.

### 3.2 Escravas, mães e forras: estratégias e disputas na conquista por autonomia

A partir da observação do referido recorte temporal, foi contabilizado um total de 107 anúncios e 113 escravos anunciados, entre os casos de fugas noticiados, 34% correspondem as fugas empreendidas apenas na cidade de São Luís e os demais 66% analisados estão distribuídos em várias regiões da Província do Maranhão e de outras localidades dentro do Império, elencados como possíveis destinos.

**Tabela 1- Localidades referentes aos escravos fugidos a partir dos anúncios de fugas**

Localidades	Nº de escravizados	% Geral
Ceará	1	1%
Caxias	1	1%
Praia do Caju	1	1%
Distrito de Cajapió	1	1%
Munim	1	1%
Preguiças	1	1%
Pará	1	1%
Rio de Janeiro	1	1%
Pindaré	1	1%
Cururupu	1	1%
Amarante	1	1%
São Bento	1	1%
Rosário	1	1%
Buriti	1	1%
Alcântara	2	2%
Icatú	2	2%
Vargem-Grande	2	2%
Bacanga	2	2%
Itapecuru-Mirim	3	3%
Brejo	3	3%
Anajatuba	3	3%



Caminho Grande	4	3%
Baixo-Mearim	5	4%
Piauí	6	5%
Guimarães	6	5%
Alto-Mearim	8	7%
Não identificado	15	13%
São Luís	38	34%
Total	113	100%

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

Desses anúncios observamos que a grande maioria dos casos de fugas de escravos noticiadas são do sexo masculino, correspondendo uma proporção de 95% de homens para 5% de mulheres.

**Tabela 2 - Classificação por sexo a partir dos anúncios de fuga**

Classificação por sexo dos anúncios de fugas		
Sexo	Nº	% Geral
Masculino	107	95%
Feminino	6	5%
Total	113	100%

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

O baixo índice de fugas protagonizadas por mulheres em parte está associado ao fato de que a população feminina representava um menor número em relação ao contingente total de escravizados traficados para o Brasil no oitocentos (REIS; SILVA, 1989). A disparidade entre mulheres e homens tem sua explicação no próprio interesse da classe senhorial em extrair o máximo de lucro com a exploração do trabalho escravo, descreve Moura:

[...] O tráfico negreiro no Brasil era tão intenso até 1850 que os senhores não se preocupavam em balancear a quantidade de homens e mulheres para a reprodução endógena da população escrava. O tráfico dava conta da demanda de exploração em que os escravos morriam mais do que se reproduziam. O período de vida útil dos escravizados era pequeno, portanto, mais fácil comprar mão de obra, disponível a qualquer momento, do que se atentar com a qualidade de vida dos cativos. Outra preocupação dos senhores era o período que as escravizadas ficavam sem trabalhar devido ao pós-parto. Apesar disso, muitos viajantes estrangeiros afirmaram que as puérperas em pouquíssimos dias já eram obrigadas a retornar à rotina pesada. (MOURA, 2022, p. 41)

A preferência do sistema de trabalho servil pela mão de obra masculina levava também em conta a visão de que a mulher era considerada fisicamente mais frágil que o homem para o trabalho braçal e pelas ocasionais ausências da labuta em razão da maternidade. Isto se refletia nos preços de compra e venda desses indivíduos, o valor relativamente mais barato das cartas de liberdades para mulheres em comparação aos homens, atestam essa distinção de sexo (MATTOSO, 1982, p.84). A diferença por gênero nos valores agregados aos escravizados objetificados como “mercadorias” pode ser percebido também analisando os valores das recompensas oferecidas nos anúncios de fugas.

Em maio passado fugiram das fazendas Gurutil e Santiago, pertencentes a Manoel da Silva Rodrigues, na comarca de Guimarães, os escravos: Porfirio, preto vaqueiro, de idade trinta anos, pouco mais ou menos; Casemiro, preto roceiro, idade trinta anos, mais ou menos; Francisco, mulato, pedreiro com quarenta e cinco anos, pouco mais ou menos, tendo um pequeno alijo em uma das mãos; Jesuína, preta, roceira de quarenta e cinco anos, mais ou menos e Cândida, preta, roceira de vinte anos, pouco mais ou menos. Estes escravos constam andarem por Guimarães e imediações daquela fazenda; quem pois os capturar e entregar na capital do Maranhão a seu senhor, abaixo assinado, recebera por seu trabalho a quantia de cento e cinquenta mil reis por cada escravo e cem mil reis por cada escrava. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem os tiver acoitados. (*Diário do Maranhão*, 06. 12. 1874, BPBL)

Percebe-se que a recompensa pela captura de Jesuína e Cândida é 33% menor em comparação a dos seus companheiros de fuga, Porfirio e Francisco. Mesmo ambas empregadas no árduo trabalho nas plantações das fazendas de Gurutil e Santiago, na lógica do sistema servil eram consideradas a logo prazo menos produtivas pelas questões elencadas acima. Essa métrica, por sua vez, também era aplicada nos valores das alforrias concedidas às mulheres (MATTOSO, 1982, p.84).

Segundo Reis e Silva, “[...] sejam pelas prendas culinárias, como baianas de acarajé, “quituteiras”, [...] seja ainda através da ascendência religiosa ou afetiva, como as mães-de-santo, mães-pretas e amas-de-leite” (REIS; SILVA, 1989, p. 76), as mulheres dispunham de maiores possibilidades de negociação dentro do sistema escravista, o que poderia ser explorado, especialmente, pelas mães escravizadas cuja a maternidade limitava a ação das fugas. Para essas mães fugirem com uma criança era muito arriscado, pois, exigiria uma atenção redobrada e dificultaria a mobilidade durante o percurso da fuga (MOURA, 2022).

Em contrapartida, Flávio Gomes teoriza que o número reduzido de mulheres em anúncios de fuga nos jornais talvez não estaria ligado a quantidade de fuga, mas na dificuldade de capturá-las, devido as várias estratégias que poderiam utilizar para permanecerem ocultas à procura de seus senhores, por vezes, empregando-se no serviço doméstico em outra residência

(GOMES, 2006, p. 28). Em alguns anúncios os proprietários deixam evidente as habilidades que elas poderiam explorar como forma de ganhar a vida em outro lugar. O anúncio da fuga de Francisca é uma evidencia dessa prática.

Da casa do abaixo assinado desapareceu no dia 18 do corrente, a escrava Francisca, preta de 35 anos, robusta, com falta de dentes, **acostumada ao serviço doméstico**, pertencente à D. Ângela Predecanda Pedro dos Santos, que a comprou em 7 de fevereiro de 1874 ao sr. Aurélio Ribeiro Marques. Esta escrava já residiu por algum tempo em Monção e no Icatú. Quem a capturar será bem gratificado, e protesta-se contra quem tiver concorrido para a fuga desta escrava que está devidamente despachada para embarcar para o Rio de Janeiro. (Diário do Maranhão, 28. 07. 1877, BPBL, grifo nosso)

Sobre o anúncio de Francisca, outra particularidade também deve ser levada em consideração, pois ela estava “devidamente despachada para embarcar para o Rio de Janeiro”. A referência indicada pela senhora nos permite entrever que talvez o motivo que levou Francisca a fugir possa ter sido a incerteza de como seria sua vida no Rio de Janeiro. Na publicação é ressaltado que há pouco tempo estava sob o poder de Ângela Predecanda Pedro dos Santos (sic) e antes havia residido por muito tempo em Monção e no Icatu. Lugares que poderiam estar entre as possíveis rotas de fuga tomadas por Francisca.

Ressaltar uma característica física ou algum traço na personalidade era um mecanismo comum usado pelos senhores ao publicarem os anúncios. Como observamos no anúncio abaixo, o proprietário de Raimunda descreve traços físicos que seriam visivelmente mais fáceis de identificá-la.

No dia 8 de janeiro fugiu da casa do abaixo assinado a escrava Raimunda, crioula, de estatura baixa, cor fula, tem falta de dentes na frente e é bastante desembaraçada; protesta-se contra os acoitadores. Adrião Gonçalves Lima. ” (Diário do Maranhão, 17. 02. 1875, BPBL)

O anunciante Adrião Gonçalves Lima ao se referir a Raimunda como sendo de “estatura baixa”, de “cor fula” e com “falta de dentes” pretendia salientar característica que a distinguia das demais cativas e assim facilitar a busca daqueles interessados em receber a recompensa pela sua captura. Ao referir-se a Raimunda com “desembaraçada”, o proprietário talvez procurava destacá-la como alguém “ágil” ou “esperta”.

Outro também que buscou enfatizar certas características físicas para facilitar na captura foi o proprietário de Maria ao descrevê-la como de “estatura regular”, “cor parda” e “corpulenta”.

Fugiu aos abaixo assinados, a sua escrava de nome Maria de 30 anos de idade, estatura regular, cor parda, corpulenta; natural da cidade do Brejo, para onde supõe-se ter ela se encaminhado. Gratifica-se bem a quem capturar e entregar

aos abaixo assinados. Castro Souza & C. (Diário do Maranhão, 12. 03. 1876, BPBL)

Ainda analisando a tabela 2, o número reduzido de fugas femininas também pode estar vinculado à conquista de alforrias, segundo Marília Bueno de Araújo Ariza, em sua tese intitulada, *Mães infames, rebentos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*, há diversos estudos que fundamentam que as mulheres cativas eram mais favorecidas na concessão de alforrias e manumissões. Tais benefícios conquistados seriam frutos de uma diversidade de estratégias utilizadas por elas. Para tal muitas exerciam atividades de ganho e engajavam-se em arranjos de locação de serviços que as permitiam a compra de suas alforrias das mãos de seus senhores (ARIZA, 2017, p.92-93).

Embora cancelada pela Lei do Ventre Livre, a compra de alforria por meio da formação de pecúlio, em muitos casos, era explorada de forma onerosa pelos senhores, que atrelavam como condição de aceite a prestação de serviços por longos períodos, como maneira de mantê-las sob seu poder mesmo na condição de libertas (ARIZA, 2017). Além disso, a conquista da liberdade por mulheres escravizadas não significava necessariamente a emancipação de seus filhos, comenta Ariza,

A liberdade de mulheres escravizadas não implicava, portanto, a conclusão de projetos de emancipação que tinham dimensão familiar. De fato, muito frequentemente, mulheres manumitiam-se primeiro para então, encontrando-se em condições um pouco mais confortáveis de acessar a Justiça ou a formar poupanças, pleitear a alforria dos filhos. (ARIZA, 2017, p.91)

Desse modo, mesmo para aquelas mulheres escravizadas e com filhos, que de alguma forma conseguiam sua emancipação, ascender a condição jurídica de livre em uma sociedade pautada pela escravidão significava viver sob o perigo constante de ter sua liberdade revogada. Assim discute Antonia Márcia Nogueira Pedroza em seu trabalho, *“Hoje vou tratar de meus direitos”*: liberdade Precária, Escravização Ilegal, Reescravização e o apelo à Justiça, no Ceará Provincial (1830-1888), em sua análise sob as disputas judiciais em torno da escravização e reescravização ilegais:

O fato é que para as pessoas livres, pobres e negras a liberdade era uma condição instável e essa instabilidade era vivida de modos distintos. A precariedade podia encontrar um equilíbrio e um repouso na acomodação que a família patriarcal era capaz de oferecer, num acordo tácito, em que a proteção era oferecida em troca de condições de trabalho que muitas vezes escorregavam na direção do cativo. A escravidão estava em toda parte, e essas pessoas que foram vítimas de escravização ou reescravização frequentemente tinham mãe ou avó escrava, ou forra. (PEDROZA, 2021, p.30)

A criminalização da escravidão ilegal incorporada pelo artigo 179 do Código Criminal de 1830, abriu precedentes para aqueles que se encontravam em situação de liberdade precária acionarem a justiça para garantir seu direito de salvaguarda. No entanto, pleitear esse tipo de ação judicial contra a classe proprietária no Brasil oitocentista, quanto ao crime de escravizar ilegalmente pessoas livres, tinha sua ação fragilizada pela própria concepção social que legitimava a escravidão. Ou seja, tratava-se de um movimento arriscado para mulheres e homens negros (PEDROZA, 2021).

O próprio sistema judicial brasileiro tratava as pessoas negras escravizados e libertas em condição legalmente inferior em comparação as elites brancas, sendo necessário que a vítima procurasse um “curador” para representá-la no processo. Segundo Pedroza “dentro da cultura clientelista brasileira do século XIX, equivalia a recorrer à figura de um protetor. Este, por sua vez, não raro estava em atrito com outro ou com outros, proprietários ou não.” Dessa forma, geralmente, a vítima recorria a um desafeto do seu escravizador, que poderia aproveitar a situação como uma arma contra seu rival (PEDROZA, 2021, p. 23).

Uma vez instaurado o processo, a disputa no tribunal poderia se estender por anos e envolvia várias etapas na vara criminal, a persistência daqueles que estavam com sua liberdade ameaçada também poderia levar a denúncia em jornais, como uma maneira de pressionar o acusado, quando se tratava de alguma pessoa de renome dentro da sociedade.

Esse foi o meio encontrado por América Anna Viegas, mulher preta liberta, para denunciar a prisão ilegal de seu filho no *Diário do Maranhão*.

A preta forra America Anna Viegas, previne a todos os Srs. compradores de escravos e em geral público, que ninguém faça negócio com qualquer pessoas acerca do cafuz Honório - filho da anunciante, que ora existe detido no calabouço da cadeia pública por ordem do Dr. João Climaco Lobato; pois que a finada D. Maria Clara Leite Viegas, deixou em seu testamento solene liberdade condicional ao sobredito cafuz que por esse motivo não pode ser vendido e nem qualquer modo possa ao domínio de outrem. Neste mesmo sentido a anunciante pede ao Sr. Dr. Chefe de Polícia digne-se providenciar afim de que não seja dado passaporte a aquele filho da anunciante caso seja vendido. (Diário do Maranhão, 26. 08. 1857, BPBL)

Na publicação, America Anna Viegas denuncia o encarceramento ilegal de seu filho, Honório, pelo Dr. João Climaco Lobato, sob a alegação que sua antiga senhora Maria Clara Leite Viegas havia determinado em testamento a alforria de Honório. Apesar de não conseguirmos encontrar os documentos dos atos do processo movido por America Anna, a repercussão no jornal *Diário do Maranhão* é um forte indício da existência de uma disputa judicial em curso.

Fica evidente que a estratégia de levar a denúncia à imprensa foi movida pelo temor de ter seu filho vendido para outra localidade no interior do Maranhão ou para uma província distante, antes mesmo de conseguir comprovar a veracidade do testamento. A prática de conceder em testamento a liberdade de um escravo era, em alguma medida, usual entre os proprietários, mas nem sempre respeitada por seus herdeiros que não pretendiam acatar o desejo do falecido parente, especialmente, se isso representasse uma redução no valor de sua herança, como abrir mão da posse de um escravizado (PEDROZA, 2021, p.43).

As poucas fontes que conseguimos acessar sobre o caso não nos permitem dizer se João Climaco Lobato tinha alguma relação de parentesco com a falecida Maria Clara Leite Viegas ou apenas representava os interesses de seus herdeiros. Contudo, na edição de n. 08, de 19 de janeiro de 1859, do jornal *O Século*, há uma menção a seu nome, identificando-o como ocupante do cargo de juiz municipal do Termo de São Bento. Sendo ele um homem de status social e influência na Província, é factível que ele tenha usado de sua posição para interferir no processo judicial. Nesse caso ao denunciá-lo publicamente no *Diário do Maranhão*, América Anna Viegas abria uma brecha no meio das tramas dos discursos senhoriais do jornal, acenando à justiça e chamando a atenção de outras autoridades da província para a prisão ilegal de seu filho.

### 3.3 Desejo por liberdade: crianças, jovens e idosos nos anúncios de fugas

Dos 113 escravizados anunciados conseguimos identificar dois grupos etários que se destacam pela maior incidência nas fugas, o primeiro de 16 a 25 anos, corresponde um total de 27 casos (24%), que se dividem em 26 homens e 1 mulher. O segundo grupo composto também por 27 casos (24%) estão distribuídos na faixa etária de 26 a 35 anos, sendo que destes, 25 são do sexo masculino e 2 correspondem ao sexo feminino.

**Tabela 3 - Classificação por faixa etária a partir dos anúncios de fuga**

Faixa etária	Homem	Mulher	Total	% Geral
07 a 15	12		12	11%
16 a 25	26	1	27	24%
26 a 35	25	2	27	24%
36 a 45	14	2	16	14%
46 a 55	9		9	8%
60	1		1	1%

Não informado	20	1	21	19%
Total	107	6	113	100%

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

Os escravos fugitivos entre essas duas faixas etárias são aqueles compreendidos como em idade produtiva, ou seja, no auge de seu vigor físico para suportar o trabalho em atividades pesadas que exigiam muito de si (REIS; SILVA, 1989). Por outro lado, entre outros fatores, era essa condição de extrema exploração que os motivavam a fugir. Observando as informações da Tabela 3, nos chama a atenção o percentual de fugas na faixa dos 7 a 15 anos de idade. Nas ocorrências dessas fugas, envolvendo menores escravizados, era bastante comum haver a atuação de redes de apoio, geralmente formadas por membros da própria família, que poderia facilitar a fuga (SANTOS 2015, p.79).

Entretanto, de acordo com Fraga Filho, as vezes as fugas de menores escravizados eram realizadas sem o auxílio de nenhuma parte (FRAGA FILHO, 1996, p. 111). Geralmente essa ausência se dava por curtos períodos de tempo em algum descuido dos responsáveis por vigiá-los, como aconteceu com Raimundo, de 8 anos de idade, que há vários dias estava desaparecido da casa de João II. N. Araújo (sic), na praça do Açougue. No anúncio, o senhor descreve que “que por vezes tem se ausentado de casa” e “anda propalando ter vindo de Codó”

Da casa do abaixo – assinado desapareceu há quinze dias pouco mais ou menos, um mulatinho de nome Raimundo, de 8 anos de idade, que por vezes tem se ausentado de casa, anda propalando ter vindo de Codó. Quem o capturar queira entregar ao abaixo – assinado na praça do Açougue, que será gratificado, querendo. João II. N. Araújo. (Diário do Maranhão, 27. 08. 1880, BPBL)

Ao indicar que ele dizia ser de Codó quando fugia, talvez revele o motivo que levou o pequeno Raimundo a tentar escapar tantas vezes. Possivelmente, carregava consigo a lembrança de sua antiga vida naquele lugar, onde talvez tenha sido separado de sua mãe pelo sistema escravista.

Outra informação presente na tabela 3 que podemos explorar é a quantidade de anúncios que a idade dos escravizados não é informada, contabilizando ao todo 21 casos (19%). Embora em alguns desses casos os anunciantes não descrevam com nitidez a idade dos escravizados, aparecem expressões como “moleque”, “bem moço”, ou, “bastante idoso”, que nos dão a dimensão da faixa etária que estavam inseridos. O anúncio referente à fuga de Maurício, africano de nação Mina, descrito como “já idoso”, é um exemplo do uso dessas expressões.

A Romeu Y. Silva, fugiu no dia 11 do corrente mês o seu escravo de nome Mauricio, o qual tem os seguintes sinais: alto, corpulento, já velho, cabelos cortados rente ao casco, este escravo, foi comprado ao sr. Joaquim de Souza Ramos, tinha profissão de pescador, e vendia constantemente camarão no Portinho e Desterro, e depois de passar para o nosso poder era empregado em vender hortaliça, caju ou outros legumes; é de cinquenta a sessenta anos de idade, nação mina. Consta que ele fora para um sítio no rio Bacanga. Os proprietários protestam desde já contra quem o acoutar, para pagar – lhe os dias de serviço, e dão uma gratificação a quem o trouxer e entrega – lo. (Diário do Maranhão, 14. 12. 1880, BPBL)

O anúncio nos dá a entender que Mauricio foi comprado recentemente por Romeu Y. Silva, passando a assumir uma função diferente daquela que exercia. O que pode ter tirado grande parte da autonomia que tinha como pescador. Além disso, o trabalho como vendedor, poderia exigir muito de Manuel, tendo que circular o centro comercial de São Luís para vender as frutas e legumes.

Na última linha do anúncio, os proprietários reclamam a quem o tenha acoitado “para pagar-lhe os dias de serviço”, revelando a constante exploração que Manuel tinha que suportar todos os dias pela obrigação de prestar contas de suas vendas ao senhor. Desse modo, fugir, apesar de já idoso, para ele pode ter parecido o melhor caminho a seguir.

Ademais, por meio do estudo dos anúncios por faixa etária, é possível reforçar a compreensão de como a fuga era utilizada pelos escravizados como uma forma de restabelecer laços de parentescos separados pelos infortúnios do sistema escravista. Esse é o caso do anúncio referente a Manuel, de 15 anos, que fugiu de seu cativeiro na rua do Sineiro, n. 4, em São Luís.

Na segunda-feira, 12 do corrente as 9 horas da noite, fugiu da travessa do Sineiro n.4, o escravo Manuel, 15 anos de idade, cor fula, fala com muita mansidão, está vestido de calça azul e camisa de riscadinho escuro, bons dentes. Este moleque pertence ao convento das Mercês, é bem conhecido no Desterro e em suas imediações, onde tem sido encontrado. Gratifica a quem levar ao seu senhor na casa a cima ou der notícias certas dele, pois, consta que se acha acoitado. (Diário do Maranhão, 21. 05. 1856, BPBL).

No primeiro anúncio ao seu respeito, pouco podemos inferir sobre a possível direção que Manuel poderia ter seguido, quando evadiu-se do convento das Mercês, o anunciante apenas revela que “consta que se acha acoitado”. Na insistência de tentar reaver a posse, são publicados mais dois anúncios no jornal, na edição 223, de 17 de junho de 1856, o anunciante oferece uma recompensa de 50 mil réis pela captura de Manoel.

No terceiro anúncio na edição 229, de 20 de junho de 1856, são acrescentadas informações que poderiam indicar o seu paradeiro, dessa vez é informado que foi visto nas



imediações da fazenda Andiroba, lugar onde sua mãe, chamada Senhorinha, era cativa, no entanto, havia uma suposição “que ele tenha passado para a fazenda de Cajapió”.

50\$00 de gratificação a quem levar a seu senhor na travessa do Sineiro n. 4, o moleque Manuel, que pertence ao convento das Mercês e anda fugido desde o dia 12 de maio pp. Este moleque tem sido visto nas imediações da fazenda Andiroba, e supõe-se que passou para a de Cajapió. Tem de idade de 14 anos, pouco mais ou menos, de cor fula, reforçado, olhos grandes, bons dentes e fala com muita mansidão. Sua mãe chama-se Senhorinha, e reside na referida fazenda Andiroba. Protesta-se com todo rigor da lei contra quem o tiver acoitado, se no prazo de vinte dias o escravo não for entregue. (Diário do Maranhão, 20. 06. 1856, BPBL)

As pistas deixadas pelo anunciante revelam um pouco da trajetória percorrida por Manuel durante sua fuga, o fato de ter se dirigido para a fazenda Andiroba, nos arrabaldes de São Luís, após escapar de seu cativo, pode indicar uma tentativa de rever sua mãe. Entretanto, ao que parece, Manuel não conseguiu permanecer acoitado nas imediações de Andiroba, logo se dirigiu para a fazenda de Cajapió, provavelmente, sabia que a administração do convento das Mercês tinha conhecimento que estava escondido nesse lugar. Assim como ocorreu com Manuel, o proprietário de Francisco, também suspeitava que ele teria fugido para junto de seus parentes no Itapecuru-Mirim, como relata no anúncio:

Desde o dia 25 do mês passado; que se acha fugido o escravo Francisco, preto, 42 anos aproximadamente: é magro, alto, tem mãos e pés grandes e é desdentado. Consta que este escravo seguiu para o Itapecuru-Mirim, **onde tem parentes, porém é mais provável que ainda esteja escondido pela cidade.** Gratifica-se bem a quem o capturar, podendo entrega-lo do dia 8 do corrente em diante no Itapecuru-Mirim ou nas fazendas Lagoinhas da Cruz e Riacho ao abaixo – assinado e aqui na capital ao sr. Alexandre Pires Seabra. Rodrygo Marques dos Santos Júnior. (Diário do Maranhão, 01. 12. 1880, BPBL, grifo meu).

Não obstante, outra hipótese levantada pelo senhor era que Francisco ainda poderia estar escondido em algum canto de São Luís. Decerto, que essas hipóteses estavam fundamentadas por alguma informação que chegara aos ouvidos de Rodrygo Marques dos Santos Júnior, a respeito do paradeiro de Francisco, em vista dos vários os mecanismos de controle, como código de postura e o corpo policial, que a classe proprietária mantinha sobre a população negra e escravizada no meio urbano (CHALHOUB, 1990).

Talvez, Francisco sabendo que seu senhor tinha conhecimento que possuía família em Itapecuru-Mirim, poderia ter optado por permanecer escondido em São Luís por mais um tempo até que conseguisse passagem segura para Itapecuru-Mirim, onde receberia apoio de seus familiares.

### 3.4 Fugas coletivas e a formação de laços de solidariedade

Por muito tempo a existência de famílias cativas era contestada pela historiografia, sob o argumento que não havia interesse por parte dos proprietários na formação de núcleos familiares dentro de seus plantéis, em razão da instabilidade que poderia ocorrer nas senzalas com a venda de um dos membros dessas famílias. Por outro lado, os vínculos estabelecidos entre os escravizados eram interpretados a partir de uma visão eurocêntrica, que desacreditavam no próprio interesse dos cativos de constituírem matrimônio, por estabelecerem relações com diferentes parceiros (COSTA, 1998, p. 318).

Somente a partir dos anos de 1970-80, a historiográfica passou a renovar esforços de análise das relações familiares entre os cativos. Pesquisas passaram a examinar a constituição de núcleos familiares entre os escravizados e também a observar que havia senhores que incentivavam a constituição de redes de parentesco como mecanismo de controle de sua escravaria. Do lado destes proprietários, partia-se da premissa que se o escravo constituísse vínculos familiares seria mais difícil recorrer às fugas (SANTOS, 2015, p. 87-88).

Em colaboração a essa nova abordagem historiográfica, Robert Slenes ao estudar diversas fontes primárias como registros paroquiais, livros de batizados e casamentos, inventários, censos demográficos, entre outros documentos sobre a população escravizada do Sudeste do Brasil, especialmente, da cidade de Campinas no século XIX, realizou o cruzamento dessas informações, que o permitiu observar características comuns na demografia dos plantéis das grandes lavouras nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro (SLENES, 2011).

Segundo Slenes, a ocorrência de padrões nas nupcialidades e nos batismos de crianças, nos quais ambos os pais são creditados nos registros paroquiais, corroboram para a veracidade da existência de núcleos familiares entre os escravizados. Esses dados ao serem comparados com os relatos de viajantes, que registraram observações sobre a família escrava, e com censos populacionais aplicados nas *plantations* dessas regiões ao longo do século XIX, atestam para a uma certa estabilidade desses núcleos familiares, mesmo levando em conta as tensões existentes nas relações entre senhores e escravizados (SLENES, 2011). A partir desse estudo, o historiador defende que a formação de laços familiares se constituiu como importante estratégia na luta por espaços de autonomia:

O apoio emocional e psicológico deve significar muito para enfrentar as separações, punições e privações, casar também significa ganhar maior controle sobre o espaço da moradia, muitas vezes esses escravos teriam autonomia para prepararem sua comida, e economicamente eram dois para produzirem, teriam excedentes para vender ou poderiam até planejar suas atividades produtivas em função dos incentivos de mercado. (SLENES, 2011, p.200)

Slenes afirma que a funcionalidade da família escrava não se restringia à política senhorial de dominação. A família conjugal negra, que não se configurava no modelo tradicional europeu, organizava-se, na medida do possível, para manter-se ancorada em suas raízes africanas. O autor de *Na Senzala uma Flor* encontra evidências ao traçar um paralelo com os relatos de viajantes e os estudos recentes sobre a cultura africana, de aproximação da experiência do cativo com costumes e tradições de origem africana, que são ressignificados, por exemplo, na construção de suas moradias, nos hábitos alimentares e no modelo de vida familiar (SLENES, 2011, p. 156).

Esse estudo se contrapõe ao discurso que via a população negra em condição de anomia pela escravidão e incapaz de desenvolver vínculos de afetividade. Também se posiciona contra a visão da formação da família cativa como uma maneira de enfraquecer a resistência dos escravizados, pois, quando ameaçadas de serem desfeitas por imposição do poder senhorial, causavam uma reação oposta à acomodação pretendida (FLORENTINO; GÓES, 1997), a fuga de Virgíneo de 40 anos de idade, e sua companheira Joana é um dos indícios de fugas que buscavam reconstituir vínculos familiares perdidos. De acordo com o anúncio, Virgíneo fugiu na companhia de “sua companheira, uma escrava de nome Joana”, que pertencia ao senhor Joaquim Thomaz da Costa Basto.

Do poder do abaixo assinado fugiu no dia 11 de novembro o escravo de nome Virgíneo de 40 anos de idade, pouco mais ou menos, baixo, cheio de corpo, fala descansada, cabelos carapinhos e precipitando a embranquecer, tem muita barba que costuma trazer raspada. Supõe-se que ele levou sua companheira, uma escrava do senhor Joaquim Thomaz da Costa Bastos, de nome Joana. Quem os capturar e entregar aos seus senhores na rua do Quebra Costa n. 5 será generosamente gratificado. Protesta-se contra quem os tiver acoutados. Costa Ramos e Azevedo. (Diário do Maranhão, 20. 12. 1879, BPBL)

A descrição de Joana como sendo “companheira” de Virgíneo e a ação dos dois de fugirem juntos são evidências que nos permitem conjecturar que se tratava de um casal, desse modo, podemos imaginar que a provável motivação de suas fugas tenha sido a insegurança para permanecerem juntos. O fato de serem de donos diferentes, aumentava ainda mais as chances de serem separados por razões econômicas. O anúncio, dessa vez, publicado pelo proprietário de Joana, ainda nos deixa teorizar que talvez Virgíneo e Joana já tivessem sido separados e agora recorriam à fuga como oportunidade de criarem seu próprio espaço.

Fugiu do abaixo – assinado, no mês de novembro sua escrava de nome Joana, preta de trinta e sete anos de idade pouco mais ou menos. Fala descansada e pouco, tem os pés grandes e os dedos como leque, beijos um pouco grandes e os debaixo caídos, levou vestido do riscado xadrez e cabeção de chita. Julga – se ter ido para os lados do Mearim por ter fugido em companhia de um escravo dos srs. Costa Ramos e Azevedo, de nome Virgílio. Quem a capturar e entregar nesta cidade será gratificado, protestando-se contra quem a tiver

acoitado. Joaquim Thomaz da C. Basto. (Diário do Maranhão, 1. 01. 1880, BPBL)

A forma quase que caricaturista que o proprietário descreve Joana, “[...] tem os pés grandes e os dedos como leque, beijos um pouco grandes e os debaixo caídos[...]”, revela a imagética criada pela classe dominante entorno da figura dos escravizados. O reforço desses traços de Joana não serve apenas para o seu reconhecimento, mas como uma maneira objetificá-la com feições animalesca, contribuindo para o discurso de superioridade racial propagado pelas elites brancas (MOURA,2022, p.87).

As fugas coletivas não eram orquestradas apenas por indivíduos que compartilhavam vínculos sanguíneos ou mantinham possíveis relações matrimônias, como Virgíneo e Joana. Fugir do cativeiro buscando parcerias com quem compartilhava a mesma realidade era uma alternativa que em algumas situações poderia ter mais chances de sucesso. Foi o que fizeram Joaquim e Fernando ao tentaram a sorte escapando juntos, como se observa no anúncio:

O abaixo assinado declara que da padaria do sr. Manuel Rodrigues da Silva, fugiram ontem, o seu escravo Joaquim, cafuz, de 14 anos, mais ou menos, de olhos grandes e vivos, pernas um pouco abertas, tem uma impingem próximo a uma orelha, levou calça e camisa de riscado e chapéu de palha de carnaúba. É natural do Piauí, foi de propriedade de Manuel Rodrigues do Nascimento; e Fernando, mulato escuro, de 14 anos, mais ou menos, cabelos carapinhos e curtos, levou roupa de algodão já um pouco suja, é natural de Oeiras (Piauí), de propriedade de Domingos Teotônio Jorge de Carvalho. Quem os capturar e entregar ao seu senhor na rua da Estrela n.5 será bem gratificado. (Diário do Maranhão, 18. 06. 1878, BPBL)

As informações colocadas pelo senhor não revelam se Joaquim e Fernando têm algum grau de parentesco entre si, mas por serem os dois oriundos da Província do Piauí e se encontrarem em situação de exploração no mesmo cativeiro, poderia ter surgido uma relação de cumplicidade entre eles que deu origem ao plano de fuga.

Em certos casos, para muitas famílias cativas, cuja fuga não era uma opção viável, recorrer a dispositivos legais, criados pelo governo Imperial com o objetivo de promover a transição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre, tornou-se uma oportunidade de obterem sua liberdade. Junto com a criação da Lei de 1871, várias outras determinações foram implementadas para esse propósito (NETO, 2011).

Dentre elas, o fundo de emancipação, instrumento regulamentado pelo decreto n.º 5.135, de 13 de novembro de 1872, que visava a arrecadação de fundos através do custeio do produto de loterias, doações, taxas, impostos e multas para a compra de alforrias de escravizados, primeiramente, privilegiando as famílias de cativos, cujo escravizados possuíam

parte do valor correspondente a sua alforria (NETO, 2011, p.52-56), conforme determina o trecho do decreto listado a baixo:

- I. Os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores.
- II. Os cônjuges, que tiverem filhos nascidos em virtude da lei e menores de oito anos.
- III. Os cônjuges, que tiverem filhos livres menores de 21 anos.
- IV. Os cônjuges com filhos menores escravos.
- V. As mães com filhos menores escravos
- VI. Os cônjuges sem filhos menores.

A aplicação prática do decreto estava condicionada ao cumprimento do artigo 19 da lei 4.835 de 1º de dezembro de 1871, que determinava matrícula obrigatória de toda a população escravizada do país pelos seus respectivos proprietários. Porém, a morosidade do processo possibilitou a compra das primeiras alforrias apenas 4 anos depois da criação do Fundo de Emancipação (SILVA, 2017, p.171). Provino Pozza Neto ressalta que a corrupção praticada no processo judicial por proprietários influentes em acordos com altos funcionários do Estado dificultava os objetivos emancipatórios do Fundo,

A supervalorização do escravo classificado – que acabava por abrir para os senhores obterem rendas, quando não, para desvincular-se de escravos velhos e doentes ao preço de um jovem e sadio, - é outro fator que acentua os argumentos da ineficiência dos fundos. (NETO, 2011, p.63)

Diversos senhores utilizavam dessa artimanha para alforriar seus escravos e tentar garantir por meio do Fundo algum tipo de pagamento indenizatório do Estado pelo valor de seus escravizados. Haja vista, o crescimento do debate abolicionista que contestava à legitimidade do cativo e, portanto, ao presumido direito à indenização que os proprietários teriam com o fim da escravidão (REIS,2007, p.227).

Após a concessão das manumissões, os mesmos continuavam de posse dos libertos mantendo-os sob o disfarce de relações paternalistas (SILVA, 2017). De acordo com o relatório do Presidente da Província, Francisco Maria Correia de Sá, em 1877, o Maranhão recebeu do Fundo de Emancipação, cento e oitenta e dois contos novecentos e vinte e seis mil e noventa e nove réis (182:926\$099) destinados a compras de alforrias, o benefício alcançou um total de 287 escravizados em toda a Província.

Mais denúncias de tentativas de fraudar o processo de aquisição do Fundo não demoraram a aparecer na imprensa maranhense. Na edição do *Diário do Maranhão*, do dia 20 de julho de 1877, uma figura anônima com o pseudônimo de *O Brocoulocas* denunciou o 3º suplente do juiz municipal de órfãos de Codó, Candido de Aguiar Cantanhede por não conceder a compra de alforrias pelo Fundo de Emancipação a 14 escravizados que haviam sido

contemplados pela junta classificatória do município para favorecer os pertencentes ao senhor José Narciso Mouzinho, que não constavam na lista dos beneficiados (Diário do Maranhão, 20.07.1877).

A denúncia apontava má fé por parte de Candido de Aguiar Cantanhede em julgar a ação, sob a alegação que o juiz e o proprietário haviam firmado um acordo secreto para o favorecimento de ambos. O juiz iria favorecer a petição de José Narciso Mouzinho e em troca ele o emprestaria o valor correspondente a libertação de seus escravizados (Diário do Maranhão, 04.06.1879), como declara *O Brocoulocas*, “Correu, e ainda corre aqui que este escândalo se deu tão impudente pela promessa que fez Narciso de emprestar a Candido (juiz) a importância que lhe viesse dos alforriados para saldar ele uma dívida com Anderson Ferro.” O denunciante chegou a listar no jornal os nomes dos escravizados que tiveram sua liberdade prejudicada pela interferência do dito juiz:

1 ° Josepha, n. 2663, mulher do liberto Raphael, e escrava de D. Rosa Bendecta Salazar Sanches.

2 ° Raimundo, n. 3423, casado com uma liberta, escravo de Dorotheo Pereira da Costa.

3 ° Manuel, n. 4663, escravo do comendador Raimundo José Muniz, marido de uma liberta.

4 ° Sebastião, n. 4667, filho dos mesmos.

5 ° Manuel Cabinda, n. 5119, casado com Miradolina, livre. E escrava de D. Rita Clara Salgado Muniz.

6 ° Raimundo, n. 5153, filho dos mesmos.

7 ° Mathias, 5211, escravo do mesmo, casado com a liberta Anna Bernarda.

8 ° Manuel Duarte, n. 6197, escravo de Francisco de Assis Borgéa, marido da liberta Mariana.

9 ° Izabel, n. 2510 escrava de D. Felismina Rosa Raposo, mulher do liberto Juião, com filhos livres pela lei.

10 ° Benedicta, n. 2512, filha de Izabel, tem 100\$00 de pecúlio.

11° Eugênio, n. 3491, escravo de Caetano de Brito Baima, tem 20\$000 de pecúlio e é casado com

12 ° Luiza, n. 5731, escrava de Henriqueta Rosa Tavares.

13 ° Manoel Victor, n. 5734, escravo do dr. Antônio José Marques, casado com

14 ° Delfina, n. 4337, escrava de Antônio dos Santos Barros, tem 300\$000 de pecúlio.” (Diário do Maranhão, 20. 07. 1877, BPBL)

Na lista apresentada observa-se que os escravizados relacionados se adequavam às exigências do decreto n. ° 5.135, que beneficiava casais que pertenciam a senhores diferentes, a exemplo de “Manoel Victor, n. 5734, escravo do dr. Antônio José Marques, casado com Delfina, n. 4337, escrava de Antônio dos Santos Barros, tem 300\$000 de pecúlio” (Diário do Maranhão, 20. 07. 1877, BPBL).

Especialmente no caso de Delfina, que assim como “Eugênio, n. 3491, escravo de Caetano de Brito Baima, tem 20\$000 de pecúlio e é casado com Luiza, n. 5731, escrava de

Henriqueta Rosa Tavares” (Diário do Maranhão, 20. 07. 1877, BPBL). Tinham juntado certo pecúlio, o Fundo atuaria como financiador da quantia restante para compra de suas alforrias.

A relação dos escravizados que seriam beneficiados pelo Fundo de Emancipação revelam a luta de algumas famílias cativas em busca de liberdade. Entre elas estava a família composta por “Izabel, n. 2510 escrava de D. Felismina Rosa Raposo, mulher do liberto Juião, com filhos livres pela lei” (Diário do Maranhão, 20. 07. 1877, BPBL).

Os antecedentes de Izabel mostram que seu esposo já era um homem liberto e seus filhos, teoricamente, eram livres pela Lei de 1871. Porém, apesar e serem ingênuos, a porosidade existente entre a condição de escravizado e liberto, mesmos nascidos após o Ventre Livre estavam expostos, o que nos faz questionar a real situação dos filhos do casal sob a tutela do proprietário de Izabel.

Essas breves reflexões sobre as ligações parentais entre as pessoas escravizadas da lista permitem observar nuances pouco exploradas desses tipos de relações familiares no contexto escravista em Codó. No entanto, cumpre notar que a investigação dos índices analíticos registrados no jornal sobre os Fundos de Emancipação merece maior aprofundamento, sobretudo porque devem ser cruzados com outras tipologias de fontes para alcançar maior detalhamento, como, por exemplos, com fontes produzidas no judiciário sobre a denúncia exposta no *Diário do Maranhão*.

### 3.5 Estratégias de fuga e resistência: fugitivos nos Mundos do Trabalho

Outros dados importantes obtidos na análise dos anúncios de fuga publicados no contexto de 1855 a 1880 são as atividades específicas desempenhadas pelos escravizados dentro dos mundos do trabalho, conforme observamos na tabela 4.

**Tabela 4 - Ocupações profissionais identificadas a partir dos anúncios de fuga**

OCUPAÇÃO	QTD.	OCUPAÇÃO2	QTD.2
Padeiro	5	Tecelão	1
Serviços Domésticos	21	Vaqueiro	4
Alfaiate	1	Torneiro	1
Roceiro	26	Carroceiro	3
Carpina	5	Barqueiro	1
Pedreiro	9	Ganhador	3

Barbeiro	1	Aprendiz de Pedreiro	1
Não identificado	32		
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>		<b>13</b>

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal Diário do Maranhão (1855-1880)

Para aqueles que fugiam possuir alguma especialidade ou ofício, representava maiores chances de sobrevivência, pois, essas habilidades poderiam ser exploradas como forma de ganhar a vida fora do cativeiro (FREYRE, 2010). Nesse sentido, pode-se apontar as habilidades de Luiz, “muito conhecido de pedreiro” ressaltadas pelo comendador Raimundo José Muniz, o que fazia dele um escravo muito valioso, já que poderia ser alugado para trabalhar em alguma obra na capital.

Fugiu do comendador Raimundo José Muniz, o escravo de nome Luiz, muito conhecido de pedreiro, de cor preta, com faltas de dentes na frente, e principiando a pintar. E de estatura regular. Quem o capturar e entregar na rua da Saúde n.12 receberá ótimas alvissaras. (Diário do Maranhão, 24. 01. 1880, BPBL)

O fato do comendador ter publicado o mesmo anúncio mais sete vezes nas edições subsequentes do jornal revela sua insistência em tentar reaver a renda que o trabalho de Luiz proporcionava. Não se sabe se Luiz foi capturado ou não, mas a quantidade de anúncios publicados a seu respeito indica que ele obteve sucesso em sua fuga por algum período de tempo.

A insistência em capturar escravo fugido também está presente no anúncio publicado pelo proprietário João José Fernandes, que mesmo após 10 anos ainda continuava no encalço de Paulo.

O abaixo assinado declara para os fins convenientes que desde 1869 se acha fugido o seu escravo de nome Paulo, de cor preta, oficial de carpina, hoje com 31 anos de idade, matriculado no município da capital em 25 de setembro de 1872, sob os ns. 5114 de ordem na matrícula e 3 na relação apresentada como declaração de estar fugido. João José Fernandes Silva.” (Diário do Maranhão, 04. 06. 1879, BPBL)

Possivelmente, a descoberta de novas pistas de seu paradeiro teria chegado ao conhecimento do senhor e motivado a publicação desse anúncio em seu nome, mesmo depois de tanto tempo transcorrido desde sua fuga. O anunciante destaca a profissão de Paulo como oficial de carpina, habilidade que pode ter conferido a ele certa vantagem em sua nova vida fora do cativeiro. Talvez se empregando em alguma ocupação de seu ofício, ele poderia ter encontrado meios de sobreviver durante esses anos que permaneceu em fuga.



A tática de usar do ofício, que outrora era explorado pelo senhor, como forma de conseguir sua própria subsistência em uma eventual fuga, fica ainda mais explícita quando analisamos o anúncio do escravizado Thomé, de 23 anos.

Frederico Antônio de Moraes faz público que na noite de 29 do mês passado evadiu-se do hotel da Europa, o escravo Thomé, mulato de 23 anos de idade, estatura regular, cabelos lisos (cortados), com um sinal no segundo dedo do pé direito, vestido com calça e camisa de riscado, o qual tendo já servido de vaqueiro, e levando perneiras gibão e o chapéu de couro. Supõe-se que desses objetos faça uso. Aquele que o capturar e entregar ao anunciante, ou no mesmo hotel ao sr. José Maria da Silva Porto, será bem gratificado. (Diário do Maranhão, 06. 07. 1875, BPBL)

Segundo acusação de seu senhor, Thomé valendo-se de sua ocupação como vaqueiro, fugiu levando consigo seus equipamentos de trabalho. Essa ação nos revela como Thomé arquitetou sua fuga tomando posse da sua indumentária de vaqueiro, podendo ter em mente o plano de conseguir sua subsistência exercendo sua profissão de vaqueiro pelo interior da Província.

Assim como no ilustrativo caso de Thomé, na tentativa de encontrar seus escravos, os senhores reuniam nos anúncios toda informação que obtinham sobre eles, ressaltando os atributos e habilidades que poderiam auxiliá-los em sua empreitada. Essas características salientadas são fundamentais para a identificação do perfil daqueles que fugiam (SILVA, 2014). Como vemos no caso abaixo:

O coronel José Antônio de Oliveira, gratifica com a quantia de cem mil reis a captura de um dos seus escravos, abaixo assignados, que se acham fugidos. Entregando-lhes nesta cidade ou em qualquer de seus estabelecimentos de lavoura do Baixo e Alto Mearim:

Saturnino, fugido há 5 ou 6 anos do Alto Mearim, comprado ao major Ayres da Serra Carneiro, tem 30 e tantos anos de idade, preto retinto, corpo delgado e alto, rosto redondo, fala fanhosa por causa de uma moléstia que teve no nariz, tem no peito um calombo comprido, é oficial de carpina, barbeiro e tecelão.

Jeronimo, fugido desde 28 de janeiro de 1871, comprado em 1851 ao capitão Moscoso Salgado, que houve do major Caninana de Pastos Bons, tem quarenta e tantos anos de idade, preto avermelhado, corpo baixo e fornido, pouca barba enrugada e conserva os sinais da cicatriz de uma grande bolha que teve em um ombro, fugiu montado a cavalo baio e procurou o Parnaíba, onde foi visto no lugar Roqueirão, tem grande parentela fora dos sertões de Pastos Bons.

Mauricio, fugido desde 18 de abril de 1873, desta cidade, comprado ao capitão Oliveira Condurú, São Bento, tem 20 e tantos anos de idade, cafuz, boa estatura, bonito e bem desempenhado e de corpo cheio. Bons dentes, cabelos carapinhos, oficial de pedreiro, muito dado a folgedos e bebidas espirituosas, sabe ler e escrever, e inculcar-se (sic)forro.” (Diário do Maranhão, 24. 12. 1874, BPBL)

Com o objetivo de encontrar seus três escravos, o coronel José Antônio de Oliveira tentou reunir em um mesmo anúncio o máximo de informações que possuía. Com base nelas, observamos que a fuga de Saturnino, ausente por aproximadamente 6 anos, se tratava da mais antiga. As várias habilidades desempenhadas por Saturnino como oficial de carpina, barbeiro e tecelão, poderiam fazer dele um escravizado valioso dentro da escravaria do coronel. Ao mesmo tempo que lhe conferia uma possibilidade maior de empregar-se em outro canto e conseguir permanecer longe do cativo. Jerônimo ousou ainda mais em sua fuga, levou consigo um cavalo de seu senhor e evadiu-se a fim de encontrar seus parentes no Roqueirão.

No caso da fuga de Mauricio, saber ler e escrever, sem dúvidas era seu principal trunfo. O destaque atribuído ao conhecimento que possuía é exposto no anúncio de forma proposital, servia como um alerta para os seus agentes captadores, atentando aos presumíveis caminhos que ele poderia seguir de posse de habilidades que o tornava um interlocutor do idioma oficial, falado pelas elites dominantes e dos códigos de linguagens usados pelos extratos sociais mais baixos (CARDOSO, 2021).

A partir dessa discussão, retornando à fuga de Mauricio, ter o domínio do código escrito com certeza lhe proporcionaria maiores condições de autonomia e de negociação com outros agentes sociais dentro dos mundos do trabalho. Seu proprietário ainda o descreve como “dado a folguedos e bebidas espirituosas”, indicando que ele poderia ser encontrado nessas rodas de dança. Quem sabe, Mauricio possa ter sido um brincante de tambor, um dos folguedos mais praticados como forma de divertimento e lazer pelos escravizados, atualmente conhecido como tambor de crioula (VIEIRA FILHO, 1977, p. 20).

A estratégia usada por Mauricio quando estava fugindo, caso fosse interrogado pelas autoridades policiais era dizer-se forro. Contudo, apesar dessa afirmação, não havia garantias que permanecesse seguro, o simples fato de ser uma pessoa de cor o colocaria em suspeita diante das autoridades policiais em um contexto social, onde o próprio Estado imperial se fazia fiador do direito à propriedade escrava e, em muitos casos, chancelava a escravidão ilegal praticada contra pessoas livres (CHALHOUB, 2012, p.252).

Sob outra perspectiva, a troca de identidade era um recurso utilizado para conseguir alistar-se nas forças policiais como praça. Esconder-se à vista de seus perseguidores era um movimento bastante astuto e perigoso orquestrado para tentar driblar aqueles que estavam a sua procura. Um desses episódios pode ser lido no noticiário do *Diário do Maranhão*, que registrou o caso de Eduardo, que fingiu ser livre e assentou-se como praça durante três anos, antes de ser descoberto e ter sua devolução decretada pelo Presidente da Província.

Um escravo como praça – Tendo sentado praça no corpo de polícia, o preto Eduardo, escravo de Silvestre José do Rego, do Piauí, como nome suposto de Alexandre de Souza Ramos, ordenou o sr. dr. Presidente da Província que lhe fosse dada a baixa, sendo entregue ao seu senhor. Este escravo já serviu no mesmo corpo trez annos sendo escuso apresentou-se em fevereiro p. p. voluntariamente para servir por mais trez annos. (Diário do Maranhão, 03. 03. 1877, BPBL)

Com a alcunha de Alexandre de Souza Ramos tentou passar despercebido pelos mecanismos de vigilância senhorial. No entanto, como sugere Kraay (2002), pelos indícios de casos semelhantes em jornais oitocentistas, essa era uma tática comumente utilizada por alguns escravizados. Caso semelhante foi evidenciado por Antonio Alexandre Isidio Cardoso em “*Sobre Escravos e Regatões: Sociabilidades, Conflitos e Alianças Complexas no Território Amazônico Oitocentista*”, com base em registros policiaes e periódicos publicados na recém-criada Província do Amazonas nos anos de 1850 a 1860.

Cardoso apresenta a situação vivida por José Manuel que havia embarcado em 30 de outubro de 1854, numa embarcação de regatão<sup>9</sup>, Coberta Nova Diana no Pará e seguiu em direção à Província do Amazonas. A presença do passageiro logo levantou suspeita do proprietário da embarcação, Manoel Ribeiro de Vasconcelos, instigado pela suposição que o passageiro desconhecido na verdade seria um desertor militar, prática que havia se tornado recorrente na região (CARDOSO, 2015, p.71).

O regatão, surdinamente, ao passar por um posto de vigilância policial durante o trajeto, relatou suas suspeitas ao delegado suplente Alexandrino Magno Taveira Páo Brazil. Acuado, José Manuel não teve outra escolha a não ser confessar que tinha desertado da 1ª Companhia do Batalhão nº11 do Pará. Na prisão fez novamente revelações que deram uma nova dimensão da sua posição, comenta o autor:

José Manuel, na verdade, era Raphael Manuel Jozé, escravo fugido que assentara praça com nome falso e vivia como livre. Após ser aceito como soldado em pouco tempo fugira novamente, e na empreitada teria encontrado a Coberta Nova Diana, que ia em direção à Cidade da Barra do Rio Negro. A escolha de seguir para o Amazonas não teria sido ingênua, especialmente porque poderia confundir-se dentro do crescente movimento de outros tripulantes e demais agentes que todos os dias aportavam em situação semelhante. Os giros dos mascates fluviais carregavam muitos desses personagens, e por isso eram alvo de graves suspeitas e fiscalizações [...]. (CARDOSO, 2015, p.72)

---

<sup>9</sup> Regateio era a atividade econômica desenvolvida por mercadores fluviais que cruzavam os rios do território amazônico oitocentistas comercializando diversas quinquilharias, produtos da floresta e gêneros de pequenas lavouras. Em suas idas e vindas sob os rios amazônicos forjavam não apenas redes de barganhas, mas compartilhavam ideias e notícias de fora da Amazônia Ocidental com as populações do interior amazônico. Nesse processo de transculturação havia a troca de experiências, linguagens e costumes (CARDOSO, 2017, p. 88-89).

Fica evidente que a estratégia inicial de Raphael Jozé era conseguir chegar a patente de soldado para escapar da escravidão. Todavia, a liberdade pretendida dentro do regimento militar revelou-se precária, impelindo-o a fugir uma segunda vez.

### 3.6 Marcas da escravidão: sinais de castigos físicos e doenças

Os sinais e marcas destacados pelos senhores para a identificação dos fugitivos nos anúncios deixam explícito os maus tratos e castigos que a população cativa carregava no corpo (SILVA, 2014, p.42). No mapeamento dos anúncios de fugas encontramos diversas marcas ocasionadas por castigos severos e deformidades ou mutilações causadas pelas excessivas jornadas de trabalho. Destaque para o anúncio de Selvino:

Ponha-se fugido a dois anos pouco mais ou menos o escravo crioulo de nome Selvino, de propriedade de José Domingos Bitencort do distrito de Cajapió, o qual tem os sinais seguintes: idade 25 anos pouco mais ou menos, cor vermelha, estatura regular e bem aparecido, **tem um dos dedos da mão curto e grosso, pernas tortas com sinais de gomas e os dedos dos pés curtos.** (Diário do Maranhão, 06. 10. 1856, BPBL, grifo meu)

Denotar deformidades físicas era uma prática recorrente dos senhores ao escreverem os anúncios. Tais traumas físicos como os aparentes no corpo de Selvino, em muitas situações eram problemas originados pela falta de descanso e por receberem uma alimentação insuficiente e de pouco valor nutricional ou ainda por acidentes ocasionados pela execução de atividades laborais sem qualquer tipo de salvaguarda (SANTOS, 2015, p. 91). De forma semelhante foi retratado Severino,

Acha-se fugido há cerca de dois anos o escravo Severino, preto retinto, moço e bem-falante, **tendo um braço e mão secos, pelo que era conhecido como mão paca.** O escravo pertence a viscondessa de Itacolomy, que o comprou de Manuel Rodrigues da Paz, de Teresina. Consta estar acoitado em um sítio do Bacanga. Dá-se metade do seu valor a quem o capturar e entregar à sua senhora.” (Diário do Maranhão, 11. 12. 1879, BPBL, grifo meu)

Severino por ser já popularmente conhecido como “mão paca” pela sua condição física, poderia ser um dos vários casos de pessoas escravizadas que carregavam consigo desde o nascimento as muitas marcas das circunstâncias precárias impostas pela escravidão. Ademais, os anúncios apresentam dores físicas que podem ser entendidas como diretamente relacionadas ao trabalho compulsório e sem descanso exercido pelos cativos.

Francisco, escravizado como vaqueiro, na fazenda S. José, de propriedade de João Ribeiro de Moura, de acordo com seu anúncio, demonstra sofrer de um problema adquirido pelas altas cargas de trabalho que foi obrigado a desempenhar ao longo de sua vida.

Ao João Ribeiro de Moura, fugiu desde janeiro último, de sua fazenda, S. José, no Alto Mearim, o escravo Francisco, preto um tanto fulto, já idoso, bem-falante, aparência risonha, sofrendo de hérnia escrotal e tem o ofício de vaqueiro. Gratifica-se a quem o capturar e entregar ao feitor da referida fazenda, no Itapecuru-Mirim ao sr. capitão Boaventura Catão Bandeira de Melo e ao anunciante nesta capital. (Diário do Maranhão, 02. 04. 1878, BPBL)

No exercício da profissão, Francisco como vaqueiro, quando aplicado no contexto de extrema exploração do regime escravista, pode ter provocado sua doença. De forma que continuar nessa mesma função, considerando ser “já idoso”, corresponderia um risco maior para si do que o caminho que escolheu, a fuga.

Os sinais de castigos são outros aspectos que demarcam a fisionomia dos escravizados procurados pelos anúncios de fugas. A violência era utilizada pelos senhores como uma forma de afirmar seu poder e vista como um instrumento de dominação necessário para a manutenção da escravidão.

Os castigos aplicados tinham o objetivo de causar temor e sujeição, impostos através de açoites e de tortura disciplinar para evitar possíveis insurgências que desafiassem a ordem vigente (MOURA, 2022, p.78). Ao mesmo tempo que era naturalizado pela sociedade escravista como parte fundamental da relação senhor-escravo, não eram pacificamente aceitos pela população escravizada, visto que era um dos motivos que os levavam a fuga.

De bordo do vapor Guaxenduba, fugiram no dia 23 do corrente no Arary os seguintes escravos que daqui seguiam para o poder do seu senhor. Domingos, mulato, alto corpulento, com bastante sinais de castigos nas costas e com uma grande cicatriz no peito; de 28 anos, pouco mais ou menos, e de propriedade de José Francisco da Silva Bastos, lavrador no Alto Mearim. Este escravo já esteve no Pará e em seguida foi para o Rio de Janeiro, onde se demorou mais de um ano, tendo voltado ultimamente no vapor Guará, entrando neste porto em 17 deste mês.

Agostinho, preto de 54 anos pouco mais ou menos, estatura regular, espaldas largas, pouco cabelo, carapinho e calvo, este escravo foi do falecido tenente-coronel Simpronio Emiliano Leitão, do Iguará, onde tem parentes e atualmente é de Raimundo Rosa Bezerra, lavrador no Alto Mearim. Quem capturar estes escravos e entrega-los a seus senhores no Alto Mearim ou nesta cidade ao abaixo assinado, será gratificado; outrossim, protesta-se como todo rigor da lei contra quem os tiver acoitados.” (Diário do Maranhão, 06. 12. 1878, BPBL)

Pelas descrições das marcas de castigos de Domingos, de 28 anos, que fugiu a bordo do vapor Guaxenduba, no Arary, descrito “com bastante sinais de castigos nas costas e com uma grande cicatriz no peito”, podemos inferir que a opção de fugir pode estar relacionada aos castigos sofridos. Agostinho, de 54 anos, também aproveitou a ocasião para fugir junto a

Domingos, possivelmente, tomou a direção da região do Iguará, onde tinha parentes. Outro que apresentava cicatrizes de castigos era Julião:

Fugiu do abaixo assinado, ontem à noite, os seus escravos de nomes: Julião, preto de 26 anos, pouco mais ou menos, com seguintes sinais: espigado de corpo, bem retinto, penas com buço de barba, bons dentes, mostrando nas nádegas alguns sinais de castigo, coisa velha. Foi comprado ao sr. Antônio Alexandre Bayma, em fevereiro deste ano e trabalhou na fundição como servente por 4 ou 5 meses. Além de outra roupa, levou 2 camisas, 1 chapéu de baeta preta, 1 coberto de lã parda, uma calça de zuarte e uma dita de riscado grosso, tudo novo.

Pio - preto, de 20 anos, espigado de corpo, bons dentes, comprado em julho deste ano ao sr. Diogo do Vale Porto, como procurador de José Domingos Rodrigues Bitencourt, de S. Vicente Ferrer. Este escravo é muito preguiçoso e quase sempre anda de cabeça baixa. Supõe-se que saíram juntos. Gratificasse a quem os capturar e entregar ao senhor, que protesta contra quem os tiver acoitado.” (Diário do Maranhão, 06. 12. 1878, BPBL)

As cicatrizes de Julião revelam a constante violência que estava exposto sob o domínio de seus antigos senhores. Seu atual proprietário Antônio Alexandre Bayma anuncia que ele levou consigo várias peças de roupa e enfatiza serem todas novas. No exercício de descrever até mesmo as roupas que Julião levou em sua fuga, o proprietário almejava reconstituir com mais detalhes o retrato falado de Julião para o auxílio de sua captura.

Seu companheiro de fuga, Pio, possivelmente, por fazer “corpo mole” no trabalho foi taxado no anúncio como sendo “muito preguiçoso”. O comportamento de Pio em suas funções de trabalho deve ser interpretado também como uma forma de resistência, como afirmam Reis e Silva (1989), “[...] os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, [...] a própria acomodação escrava tinha um teor sempre ambíguo.”

Outro traço da personalidade de Pio, relatado por seu senhor era o fato que “quase sempre anda de cabeça baixa”, o que poderia ser uma maneira de tentar passar uma imagem de submissão e assim evitar castigos e sanções. Moura discute que a dissimulação de comportamentos de submissão era uma forma de evitar embates diretos com a dominação senhorial.

Essas resistências silenciosas não desafiavam a ordem pública, mas manipulavam as relações com o objetivo de melhorar sua condição. Essa era uma forma dos cativos se preservarem, uma vez que estavam em desvantagem nas relações de poder. Diante da força de coerção dos dominadores, essa era uma decisão estratégica dos grupos subalternos. (Moura, 2022, p. 91)

Amantino destaca que dos anúncios também podemos extrair informações ligadas à saúde dos escravos fugidos, “através de doenças, cicatrizes, marcas de doenças, pode-se traçar

um esboço do que seria a saúde destes cativos.” Entre as evidencias encontradas estão os sinais deixados por doenças infectocontagiosas (AMANTINO, 2006, p. 71).

Fugiu da fazenda S. Manoel do Alto Mearim a Manoel José Alves Azevedo, o seu escravo José Cadete, de idade de cinquenta e tantos anos, cor fula, com **marcas de bexigas**, corpo seco, estatura ordinária; está fugido desde 25 de maio de 1872, tem sido visto no distrito de Coroatá, a onde é conhecido por ter sido do falecido Fernando Silva, protesta – se contra quem o capturar e entregar no Alto Mearim a seu senhor. (Diário do Maranhão, 26. 12. 1879, BPBL, grifo meu)

Ter em seu corpo “marcas de bexigas” não faz, necessariamente, de José Cadete um portador ativo do vírus da varíola, popularmente conhecido como “bexiga”, poderia significar que já tinha superado a doença, mas matinha sequelas da doença no corpo. De certo que as condições insalubres que a população cativa estava exposta contribuía para disseminação de várias outras doenças infectocontagiosas. (AMANTINO, 2006). Tibúrcio também foi um dos infectados pela varíola.

Fugiu ao abaixo assinado o seu escravo de nome Tibúrcio de 13 anos de idade, com os seguintes sinais: cafuz, cabelo frouxo, gordo, costuma trazer as unhas das mãos grandes, **cara picada de bexiga sendo as marcas pouco antigas**, a roupa com que fugiu era calça e camisa de riscado. O mesmo moleque diz-se livre e que anda fugido com medo do recrutamento; estando fugido desde o dia 12 de outubro do ano passado. Tem sido visto ultimamente no caminho grande em diversos pontos, especialmente no lugar denominado João Força. Protesta-se com todo o vigor da lei contra quem o tiver acoitado; assim como gratifica-se com a quantia de 50 mil reis a quem o entregar à rua da Cruz n. 29 ou no quartel de Pedestre. José Ribeiro do Amaral. (Diário do Maranhão, 19. 03. 1875, BPBL, grifo meu)

A menção que as cicatrizes deixadas pela varíola no rosto de Tibúrcio serem “pouco antigas” são fortes indícios que ele há pouco tempo se recuperou da doença, podendo ainda estar com a saúde vulnerável no momento de sua fuga. O anúncio deixa pistas claras do motivo de sua fuga “medo do recrutamento”.

A fuga de Tibúrcio ocorreu 4 anos depois do fim da Guerra do Paraguai, período que vários escravizados foram recrutados para o conflito sobre suporte acordo financeiro com seus senhores (KRAAY, 2002). É possível, que mesmo de forma tardia seu senhor tenha arranjado seu ingresso nas forças militares para que seus direitos de propriedade fossem pagos pelo governo Imperial. Dessa forma, Tibúrcio prevendo seu destino no exército, que poderia estar sujeito as mesmas condições do cativo ou até piores, resolveu fugir.

\*\*\*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anúncios de fugitivos estudados nessa pesquisa são importantes registros que descortinam um pouco do cotidiano da população escravizada que habitava o Maranhão oitocentista. O exame da documentação permitiu a produção de relevantes índices analíticos, partindo de questões de gênero, faixa etária e ramo de trabalho ou qualificação profissional, mensurando presumíveis rotas de fugas, contribuindo com a reflexão sobre diferentes perfis de pessoas submetidas à escravidão. O mapeamento desses detalhes possibilitou, para além da observação de trajetórias e táticas de resistência, refletir sobre possíveis motivações dentro postura resoluta de não aceitação da escravidão por parte dos fugitivos. Através da fuga buscavam construir suas possibilidades de liberdade.

No transcorrer desse trabalho discutiu-se as tensões presentes no contexto social da Província do Maranhão na segunda metade do século XIX, considerando o agravamento da crise do setor agroexportador, entremeado no período que marcou o fim do tráfico transatlântico e o crescimento do debate abolicionista no Império. Tudo isso colocou em alerta a elite agrária e escravista da província, que temerosa em perder seus privilégios econômicos e seu alegado direito à propriedade escrava passou a acirrar cada vez mais os mecanismos de dominação sobre população negra, seja liberta, livre ou escravizada.

Entretanto, o controle imposto pelos senhores não foi capaz de inibir as ações de resistência contra a escravidão. Conforme apresentados ao longo da monografia, foram vários os episódios de rebeldia contra o poder senhorial. Que perpassaram desde grandes levantes como a Balaiada (1838-1841) e a Insurreição de Viana (1867) até sutis atos de insubordinação praticados no dia a dia dos mundos do trabalho.

Nesse sentido, a arena da imprensa nos serviu como fio condutor para analisar aspectos históricos e sociais da sociedade oitocentista e, por conseguinte, também referências sobre o cotidiano das populações escravizadas. Buscamos demonstrar como os jornais configuram-se como ricas fontes que permitem o aprofundamento dos estudos sobre as relações escravistas. A fuga como uma prática de resistência recorrente entre os escravizados assume lugar de destaque na seção de anúncio dos principais periódicos da época, como o *Diário do Maranhão*.

A análise qualitativa dessa documentação forneceu informações sobre os diferentes perfis de escravizados em fuga, suas estratégias de sobrevivência dentro do mundo do trabalho



e suas diversas motivações para a fuga. Os vários exemplos explanados nessa pesquisa revelam que embora a ação das fugas esteja diretamente relacionada a questões estruturais da vida em cativeiro e da obrigação do trabalho forçado, eram várias as motivações que levavam os escravizados a fugirem, entre elas o restabelecimento de laços afetivos e a busca por melhores condições de existência e ofício.

A presente pesquisa também buscou contribuir para uma maior compreensão do processo de escravidão no Brasil Imperial e da organização do trabalho servil no Maranhão oitocentista, observando as fronteiras e as interlocuções entre os trabalhadores livres pobres e os escravizados. O tratamento das informações contidas nos anúncios de fugas publicados no *Diário do Maranhão* (1855-1880), com foco nas características físicas, sexo, idade, localidade e ocupação profissional são importantes marcadores que poderão auxiliar na construção de futuras pesquisas sobre a agência de fugitivos. Cabe ressaltar que é preciso analisar esses dados não apenas de modo quantitativa, uma vez que, por trás de cada anúncio encontram-se homens, mulheres e crianças, que tinham anseios, desejos e sonhos, que orquestravam à sua maneira formas de resistir ao cotidiano da escravidão e de obterem uma vida melhor.

## **Periódico**

Diário do Maranhão (1855-1880)

O Publicador maranhense (1843-1866)

## **REFERÊNCIAS**

ABRANCHES, João Antonio, *Garcia de. Espelho crítico da Província do Maranhão*. Lisboa: Typoghafia Rollandiana, 1822.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro- 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da decadência: leitura Antropológica a uma história da Agricultura no Maranhão*. São Luís: FIPES, 1983.

AMANTINO, Márcia. *Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832*. Locus –Revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59 a 74, 2006.

ANDRADE, Antônia de Castro. *LAÇOS DE COMPADRIO ENTRE ESCRAVIZADOS NO SUL DO MARANHÃO (1854-1888)*. 2017. [135 folhas]. Dissertação( PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, [São Luis] .

Antonio Alexandre Isidio Cardoso, « *La « langue générale » des fugitifs : le nheengatu dans l'Amazonie du XIXe siècle* », Brésil(s) [En ligne], 20 | 2021, mis en ligne le 30 novembre 2021, consulté le 10 décembre 2021. URL : <http://journals.openedition.org/bresils/10827>

ARAÚJO, M. *Insurreição de escravizados em Viana – 1867*. São Luis: Sioge, 1994.

ARIZA, Marília Bueno de Araujo. *Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ASSUNÇÃO, Mathias R. *Quilombos maranhenses*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *De Caboclos a Bem-Te-Vis Formação do Campesinato Numa Sociedade Escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão (1800-1860)*. In: *Pergaminho Maranhense: estudos históricos* (Vol. 1). Amorim Carvalho & Germana Queiroz Carvalho (org.). São Luís: Café & Lápis, 2010.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. 119f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, v. I, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasilense, 1985.

BORRALHO, José. H. P.. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Sobre escravos e regatões: sociabilidades, conflitos e alianças complexas no território amazônico oitocentista*. In: XXVIII Simpósio Nacional de

História, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional da Anpuh, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Rossini. *Atenas Brasileira: A cultura Maranhense na Civilização Nacional*. Brasília: Thesaurus; Correa & Correa, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

COSTA, Y. M. P. *Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 241–263, 2018.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. 1755-1778*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

ENGEL, Magali Gouveia. *Balaiada*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Descortinando o Maranhão oitocentista*. In: COELHO, Mauro César; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo (orgs.). Meandros da história: trabalho e poder no Pará e no Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 231-247.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: Edufma, 2012.

FERREIRA, M. M. G. *Construção do eldorado maranhense: experiência narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*. Niterói: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2015 (Tese de Doutorado).

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4. Ed. São Paulo: Global, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2011

GAIOSO, Raimundo de Souza. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Paris. P. N. Rougeron, 1818, 337 p. Rio de Janeiro. Livros do Mundo Inteiro, 1970 (coleção São Luís). (b.n.)

GOMES, F. S. *Africanos e crioulos no Campesinato Negro do Maranhão Oitocentista*. Outros Tempos, v. 8, p. xx-xy, 2011.

GOMES, Flavio dos Santos. "*Uma lança em África*": notas sobre fontes e narrativas numa repressão anti-mocambo no Maranhão Oitocentista", in: GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo-RS: UPF Editora -- Universidade de Passo Fundo-RS, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *Cidades Negras: Africanos, Crioulos, e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativa de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. *Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846- 1885)*. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs.). *O Maranhão oitocentista*. 2. ed. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 241-167.

JESUS, M. G. *Racismo e Decadência: Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KRAAY, Hendrik. "*Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos*": o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 22, n. 43, 2002.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. São Paulo: Sciliano, (2001, [1822])

- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MACHADO, Maria Helena E. P. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. “*Memória Histórica e Documentada da Revolução na Província do Maranhão desde 1839 até 1840*”. São Paulo: Cebrap, mar 1989.
- MALUF, Renato Sérgio J. *A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- MARANHÃO. *Coleção de leis, decretos e regulamentos da província do Maranhão*: Diversas editoras, 1835-1889.
- MARINHO, Celia. *Onda Negra, Medo Branco*. São Paulo. Annablume, 2008.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Brasiliense, 1982.
- MEIRELES, Marinelma Costa. *Tráfico Transatlântico e procedências africanas no Maranhão Setecentista*. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MORAES, Jomar. *Apontamento de literatura maranhense*. 2 ed. São Luís: SIOGE, 1977.
- MOURA, Alice Regina Maciel de. *Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do commercio (Rio de Janeiro, 1827-1850)*. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- OLIVEIRA, Christofferson Melo Cunha de. *Escravidão, mundo do trabalho e justiça: um estudo sobre a busca pela liberdade em Viana (1850-1888)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira, “*Hoje vou tratar de meus direitos*”: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça, no Ceará Provincial (1830-1888). Orientador: Eurípedes Antônio Funes. 2021. 368 f. Tese (Doutorado em História) - Programa

de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2001.

PINHEIRO, Cristiane. “*Fazendeiros, Negociantes e Escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885)*” In: *O Maranhão Oitocentista/ Galves, Marcelo Cherche & Costa, Yuri (Org.)*. São Luís: Ed. Uema, 2009

POZZA NETO, Provino. *Ave libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

PRADO JR, CAIO. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Cia das Letras, 2001.

REGO, Antônio Cândido de Moraes e. *Apresentação. Almanak Administrativo da Província do Maranhão*. São Luís, p. IV, 1.º jan. 1875.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2007.

RELATÓRIO apresentado por S. EX<sup>a</sup>. o Sr. Presidente da Província, Dr. Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos, à Assembleia Legislativa da Província por ocasião de sua instalação, no dia 13 de fevereiro de 1880. Maranhão: Typ. do Paiz, 1880.

RAYMUNDO, Letícia de O. *O Estado da Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios*. 2006 (Informe de pesquisa).

RELATÓRIO apresentado por S. EX<sup>a</sup>. o Sr. *Presidente da Província, Comendador Doutor Maria Correia de Sá e Benevides*, à Assembleia Legislativa da Província do Maranhão, em 13 de janeiro de 1877. Maranhão: Typ. do Diário do Maranhão, 1877.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. 1849*. IN: Revista do IHGB, 1849.

SANTOS, Adriana Monteiro. *O cotidiano da resistência escrava: São Luís do Maranhão (década de 1830)*. 2015. 158 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015..

SANTOS, Edyene Moraes. *Partidos políticos no Maranhão oitocentista: origens, influências familiares e composição social (1838-1855)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras. Assis, p. 270. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). *Códigos de Posturas de São Luís/MA*. São Luís: EDUFMA, 2010..

SILVA, Ana Ladia Conceição. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a " História do Maranhão" de Mário Martins Meireles*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, R. *Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX*. Revista De História Da UEG, n.3(2), p. 30-51, 2014.

SILVA, RICARDO TADEU CAIRES . *Usos e abusos do fundo de emancipação na Província da Bahia (1871-1888)*. REVISTA TEMPO, ESPAÇO E LINGUAGEM , v. 8, p. 169-181, 2017.

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966*.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira, 1915*.

VIANA, IAMARA DA SILVA ; RIBEIRO NETO, ALEXANDRE ; GOMES, FLÁVIO .  
*Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil*. ESTUDOS AVANÇADOS  
(ONLINE) , v. 33, p. 155-178, 2019.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. 2 ed. Maranhão:  
Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1971.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros  
em São Paulo*: Editora HUCITEC, 2009.